

#PAUTA **#EFICIENTE**



Como Abordar a deficiência na Imprensa



Ednilson Sacramento



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

EDNILSON SACRAMENTO

**PAUTA EFICIENTE:
COMO ABORDAR A DEFICIÊNCIA NA IMPRENSA**

SALVADOR
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Publicação desenvolvida pelo graduando José Ednilson Almeida do Sacramento, como Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Simone Terezinha Bortoliero.

SALVADOR
2017

Audiodescrição da capa:

A capa do guia é ilustrada pela frente de um caderno de capa azul escuro com uma espiral metálica do lado esquerdo e textos em letras brancas. No topo está escrito #pauta #eficiente, abaixo do título, um círculo branco emoldura o desenho estilizado de um microfone de pedestal. No centro da página, o subtítulo: "Como abordar a deficiência na imprensa". Abaixo, um quadrado dividido em quatro partes apresenta os símbolos para deficiência física, surdez, deficiência intelectual e deficiência visual; todos em verde água sobre fundo branco. No rodapé, o nome do autor Ednilson Sacramento.

Schwartz, Letícia

“A única deficiência na vida é uma má atitude”

(SCOTT, 2016)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
2. O QUE VOCÊ PRECISA SABER:	6
2.1. UMA VISÃO HISTÓRICA.....	6
2.2. QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	7
2.3. TIPOS DE DEFICIÊNCIA.....	7
3. PREPARANDO A COBERTURA JORNALÍSTICA.....	10
3.1. APRIMORANDO A LINGUAGEM.....	10
3.2. JORNALISMO IMPRESSO.....	10
3.3. RÁDIO E TV	11
3.4. INTERNET.....	13
3.5. ENTREVISTANDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	14
3.6. APRIMORANDO A LINGUAGEM NO ESPORTE.....	17
4. CRITÉRIOS E SUGESTÕES DE PAUTA.....	19
4.1. CRITÉRIOS GERAIS DE PAUTAS.....	19
4.2. EVITE.....	21
4.3. SUGESTÕES REGIONAIS	22
4.3.1. Acessibilidade e políticas públicas.....	23
4.3.2. Educação.....	23
4.3.3. Jornalismo e Cidadania	24
4.3.4. Personagens com deficiência e carreira acadêmica.....	24
5. ENTREVISTAS COM JORNALISTAS.....	26
ANEXO A: CONTEÚDOS PARA CONSULTA.....	34
GUIA DE FONTES - ESPECIALISTAS.....	35
GUIA DE FONTES - INSTITUIÇÕES.....	40
DATAS SIMBÓLICAS.....	49
LEGISLAÇÃO.....	50
GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES E TERMINOLOGIAS.....	56
REFERÊNCIAS.....	76

APRESENTAÇÃO

Vivemos em uma sociedade que, definitivamente, midiaticizou o conhecimento e que, necessita dos meios de comunicação para revelar fragmentos da realidade. É fácil perceber a influência que os meios de comunicação têm na atualidade. A cultura e as atitudes sociais têm recebido forte impacto dos meios de comunicação, e esse cenário nos convoca a refletir sobre a oportunidade e urgência de pautarmos as singularidades presentes na sociedade.

O guia tem por objetivo auxiliar profissionais da área de comunicação no exercício de suas atividades. É o resultado da pesquisa de conclusão do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Trata-se de um trabalho complementar aos clássicos manuais de redação contendo estratégias e orientações práticas sobre como tratar pessoas com deficiências na mediação comunicativa. Essa publicação aborda a questão das pessoas com deficiência, recomenda formas e modos para fazer entrevistas e reportagens. Apresenta também uma lista de termos e expressões comuns ao segmento das pessoas com deficiência, além de conter sugestões de pauta, lista de fontes primárias e secundárias, entrevistas com profissionais da imprensa, dentre outras abordagens.

Ao final, encontra-se um glossário de termos e expressões compilados a partir de textos publicados em manuais, campanhas institucionais, sites da internet e definições trazidas pela legislação relacionada com o tema.

Mais que uma tentativa de estabelecimento de normas e procedimentos, o presente trabalho defende o princípio de que as pessoas têm o direito de serem chamadas da forma que desejam, pois deficiência é um conceito em constante construção.

2. O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

Apresenta-se a seguir uma abordagem contextual da deficiência como subsidio inicial para uma maior compreensão acerca dos sujeitos e do tema tratado nesse trabalho. A emergência em se pautar a diferença é a de igualar oportunidades tendo como foco as identidades singulares contidas no universo das pessoas com deficiência, representadas por modos, limitações e descobertas de novos caminhos na inclusão social.

2.1. UMA VISÃO HISTÓRICA

Desde a época do Brasil Império, adotaram-se nomenclaturas distintas ao longo do tempo. Thiago Helton Ribeiro é cadeirante e escreve um blog no portal r7.com, onde publicou um estudo sobre a linha do tempo das terminologias e suas atualizações no Brasil. De acordo com sua publicação, na própria História Constitucional do Brasil termos como “aleijado”, “inválido”, “incapacitado”, “defeituoso”, “desvalido” já constavam na Constituição de 1934. Por sua vez, o termo “excepcional” foi adotado na Constituição de 1937 e repetido na Emenda Constitucional nº. 1 de 1969.

A expressão “pessoa deficiente”, segundo o blog, veio com a Emenda Constitucional nº. 12 de 1978. A Carta Magna de 1988, trouxe a expressão “portadores de deficiência” e, com a adoção dessas terminologias estipuladas na legislação, a documentação oficial serviu de base para que a sociedade brasileira convivesse com essa nomenclatura até a edição de novos marcos legais. (RIBEIRO, 2016)

No plano internacional, o emprego da palavra “pessoa” antes de “deficiente”, só veio a ocorrer, segundo Sasaki (2003), em 1981, quando a ONU incluiu a palavra “pessoa” para aqueles que tinham deficiência, igualando-os em direito e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.

A expressão “pessoa com deficiência”, adotada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº. 13.146 de 6 de julho de 2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, norma baseada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), foi a que ganhou maior acolhida na comunidade internacional.

2.2. QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pessoa com deficiência, segundo a Lei Brasileira de Inclusão, é definida como “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Esse é o conceito atual. Entretanto, elaborando um percurso sobre a situação das pessoas com deficiência ao longo da história, depara-se com um caminho de exclusão.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 15% da população do planeta tem algum tipo de deficiência. É esse o contingente abordado nesse trabalho. Segundo o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, em todo o país existiam mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população brasileira.

Normas e tratados internacionais são atualizados frequentemente como resultado da luta contínua das chamadas “minorias”, impondo novos desafios aos meios de comunicação na tarefa de retratar o mundo contemporâneo. Essa dinâmica advém de sucessivas reivindicações de grupos e instituições que atuam no enfrentamento das desigualdades sociais e oferece subsídios na tentativa de reparar o descompasso existente entre diferentes camadas sociais. Fóruns, conferências e ativismo em prol dos direitos sociais dão suporte para a colocação do tema na ordem do dia dos desafios contemporâneos.

No campo da legislação, tem-se como referência a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), documento global incorporado à Constituição Brasileira em 2009 e a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão, de 2015. Esse ordenamento jurídico dá o devido suporte para a garantia e proteção dos direitos da pessoa com deficiência.

2.3. TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Para que se tenha uma ideia das especificidades apresentadas pelas pessoas que convivem com algum tipo de deficiência, apresenta-se nesse guia os principais tipos e sua caracterização.

Deficiência auditiva e surdez

Para a OMS (2011), a deficiência auditiva refere-se à perda de audição em um ou em ambos os ouvidos. Existem diferentes graus de deficiência auditiva, classificados quanto ao seu comprometimento: leve, moderado, severo ou profundo. A surdez refere-se à perda total da capacidade de ouvir a partir de um ou dos dois ouvidos.

Deficiência física

Este tipo de deficiência refere-se a uma alteração total ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, podendo comprometer a função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, encurtamento ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, com exceção das deformidades estéticas e as que não acarretam dificuldades para o desempenho de atividades diárias.

Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual é caracterizada pela dificuldade ou incapacidade de o indivíduo desenvolver uma interação e uma comunicação consideradas normais, além de limites para o exercício de uma vida doméstica autônoma. Além desse quadro, pessoas com deficiência intelectual podem encontrar dificuldades de relacionamentos interpessoais simples, limitação de aprendizagem e pouca autonomia.

Deficiência Visual

A deficiência visual é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. O nível de acuidade visual subdivide-se em: Cegueira - perda total da visão; Baixa visão ou visão subnormal - caracteriza-se pela redução do funcionamento visual. As pessoas com baixa visão podem ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos óticos especiais.

Além da classificação adotada pelo IBGE, tem-se algumas subdivisões que derivam dos tipos principais já mencionados. Abordaremos algumas dessas situações de deficiência, segundo sua prevalência e suas especificidades.

Autismo e outros transtornos

Autismo é um transtorno de desenvolvimento que se caracteriza por alterações qualitativas na comunicação, na interação social, por interesses restritos, fixos e intensos e comportamentos repetitivos (DMS V - 2013 - *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria). A nomenclatura mais utilizada atualmente é Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

Paralisia cerebral

A pessoa com paralisia cerebral não pode ser confundida com aquela que tem uma deficiência intelectual. A paralisia cerebral é um distúrbio da motricidade, isto é, é uma alteração do movimento, da postura, do equilíbrio, da coordenação, com presença variável de movimentos involuntários. Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, fazer movimentos involuntários com pernas e braços e apresentar expressões estranhas no rosto.

Síndrome de Down

Síndrome caracterizada pela combinação de sinais e sintomas que determina um atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais, ocasionada pela alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais, o par 21. Esse nome faz referência ao médico inglês John Langdon Down, pesquisador que realizou os primeiros estudos sobre essa alteração genética.

3. PREPARANDO A COBERTURA JORNALÍSTICA

A seguir encontram-se apontamentos referentes ao exercício de trabalhos jornalísticos, buscando aprimorar o tratamento relativo as etapas da construção da notícia e da representação das pessoas com deficiência nos diversos gêneros e formatos de mídia.

3.1. APRIMORANDO A LINGUAGEM

A escolha da linguagem tem um impacto na forma como as pessoas com deficiência se sentem e são percebidas na sociedade. É importante conhecer o significado embutido nas palavras. As expressões empregadas de maneira inapropriada podem fazer com que as pessoas se sintam excluídas, representando uma barreira para a plena participação na sociedade.

As pessoas com deficiência vivenciaram um longo período relegadas a uma condição inferior, sendo alvo de conotações de cunho discriminatório, degradante e ofensivo. Palavras negativas como “vítima” ou “sofredor” reforçam os estereótipos de que as pessoas com deficiência estão descontentes com suas vidas, são infelizes e dignas de compaixão. A realidade contradiz esses estereótipos ultrapassados. As pessoas com deficiência são pessoas como outras quaisquer: com virtudes e defeitos; com acertos e derrotas na vida, como todo mundo. Elas têm famílias, trabalham e participam de atividades comunitárias, fazem sexo e buscam viver em igualdade de condições com as demais pessoas.

Esses indivíduos querem respeito e aceitação. Reconhecer a necessidade de uma linguagem cada vez mais condizente com as singularidades da pessoa humana é a senha para quem produz narrativas na área da comunicação, bem como para todas as pessoas que apostam em uma sociedade pautada na ética e na alteridade.

3.2. JORNALISMO IMPRESSO

As informações compiladas nessa seção foram baseadas em campanhas institucionais e publicações que abordam as relações da mídia com a diversidade representada por minorias, a exemplo das pessoas com deficiência. De modo geral, para abordar razoavelmente questões relativas às pessoas com deficiência convém atentar para alguns aspectos inerentes a esse grupo social, tais como:

- Coloque o indivíduo em primeiro lugar, diga “pessoa com deficiência” em vez de “pessoa deficiente” ou “deficiente”. Um indivíduo não é definido por sua deficiência, ele é antes de qualquer coisa, uma pessoa.
- Ao invés de “preso a uma cadeira de rodas”, use “pessoa em cadeira de rodas”, ou “cadeirante”; embora seja uma expressão popular, o termo “cadeirante” é aceito normalmente. A cadeira de rodas é um equipamento que possibilita a pessoa locomover-se, portanto, é um instrumento libertador, não confinante.
- Não use os termos “deficientes”, “diferente”, “portador de deficiência”, “manco”, “coxo”, “cotó”, “aleijado”, “vítima”, “retardado”, “mudinho”, “ceguinho”, e “portador de necessidades especiais”.
- Em caso de dúvida, consulte a própria pessoa sobre a melhor maneira como ela gostaria de ser tratada.
- Ao falar sobre pessoas sem deficiência, é bom dizer “pessoas sem deficiência”. Evite dizer “João é normal”.

Esses termos podem fazer com que as pessoas com deficiência se sintam como se houvesse algo errado com elas e que elas são “anormais”. Interagir com pessoas com deficiência permite aprendizados que não cabem em nenhum manual. O que se busca é aprimorar o modo a ser utilizado na representação das especificidades desses sujeitos. A experiência do cotidiano e a busca pela empatia que nos transforma e nos torna melhores.

3.3. RÁDIO E TV

Essa é uma das áreas mais importantes da comunicação social, senão, a mais presente no cotidiano das pessoas. Ela reúne uma cadeia considerável de atividades que se inicia com o ato de criar, produzir, editar e publicar conteúdos. Permeia diversos âmbitos, agregando elementos da mídia impressa e das mídias digitais.

Escrever para ouvir, escrever para ver e ouvir. Essas são tarefas primazes do profissional que atua nesses veículos. Com o constante processo de inclusão social de novos sujeitos receptores do processo comunicativo, tornou-se imperativo o ajustamento da linguagem jornalística para além daqueles que ouvem, enxergam e decodificam as mensagens sem qualquer ajuda técnica adicional. As linguagens fotográfica, radiofônica, televisiva e cinematográfica precisam ser acompanhadas de uma elaboração mais atenta a esses outros públicos e suas necessidades. A seguir, são listadas algumas recomendações para o aprimoramento do fazer comunicativo no rádio e na TV:

- Procure incentivar o uso de recursos de acessibilidade nos processos de produção e distribuição dos conteúdos. Os recursos básicos na exibição de TV são: janela com interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) exibida através das legendas ocultas ou "closed caption" e a audiodescrição, narração que descreve em palavras as cenas sem diálogos;
- Em produções audiovisuais envolvendo pessoas com deficiência, busque ser contido no uso de trilhas sonoras melancólicas. A realidade é que, para muitas pessoas com deficiência, sua condição é apenas um fato da vida e não algo a ser dramatizado;
- Fazer uso do princípio da redundância, isto é, repetir a informação mesmo quando ela esteja posta de forma escrita, é uma medida fundamental. Por exemplo: Citar o nome da pessoa entrevistada ou repetir dados que aparecem apenas em caracteres como aqueles antecidos por frases como “Adquira esse produto ligando para o telefone que aparece na tela”;
- Em transmissões esportivas como Fórmula 1, busque detalhar os movimentos e posições de modo a facilitar a identificação das cenas ao longo da competição; e em partidas de futebol, procure descrever lances e jogadas evitando encobri-los com frases do tipo “Tá lá o corpo estendido no chão” ou “Olha como ele faz”.
- Em programas de rádio e TV, evitar falar ao mesmo tempo, sobrepondo vozes. Muitas vezes, surdos assistem a programas acompanhados por intérpretes e, com isso, a tradução se torna incompreensível;
- Ao elaborar uma pauta sobre a deficiência ou sobre uma pessoa que convive com uma limitação, procure, com antecedência, cercar-se de informações detalhadas e aprofundadas sobre o assunto. Isso o deixará mais seguro quanto ao encaminhamento do seu trabalho;
- Procure obter a opinião da pessoa a ser entrevistada sobre o assunto a ser abordado na matéria ou reportagem. Ouça órgãos públicos e médicos, mas não deixe de tomar a opinião diretamente da própria pessoa com deficiência ou suas organizações representativas;

- Atente para o fato de que uma pessoa ter uma deficiência e ter uma vida comum não significa que a pessoa é “corajosa”, “especial”, “mágica” ou “exemplo de vida”. Evite a construção de matérias com o tom de drama, associando tragédia e piedade à causa, como ocorre em programas no estilo Teleton¹;
- Após realizar uma entrevista, pergunte a si mesmo: Como posso representar a pessoa com quem conversei, sem cair no sensacionalismo ou no lugar comum? É realmente necessário fazer referência à deficiência dentro da minha matéria?

3.4. INTERNET

Considerando-se a internet como um vasto campo de atuação dos jornalistas, cabe elencar, cuidados e recomendações quanto ao tratamento da informação e seus processos de produção visando a contemplar usuários de diferentes características.

O espaço virtual é o lugar onde a informação se apresenta em forma de texto, vídeo, fotografia, som, gráficos e outras animações. Isso tudo permite ao usuário acessar uma infinidade de conteúdos. Dessa forma, é primordial ao profissional da comunicação, acompanhar esses novos modelos e, por conseguinte, novos leitores.

Para o aprimoramento da linguagem e da terminologia sobre a deficiência, cumpre atentar, preliminarmente, para uma condição chave nesse processo que envolve emissores e receptores: meios acessíveis de transmissão.

A expressão acessibilidade na Web, ou e-acessibilidade, refere-se especificamente ao componente Web, que é o conjunto de páginas escritas na linguagem HTML e interligadas por links de hipertexto.

A acessibilidade na Web representa para o usuário o direito de acessar a rede de informações e o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. (Sales, 2003), (Nevile, 2005)

Segundo Lévy (1999): "A mídia é o suporte ou veículo da mensagem. O impresso, o rádio, a televisão, o cinema ou a Internet, por exemplo, são mídias". As mensagens são percebidas através dos sentidos. O impresso coloca em jogo a visão e o tato. A televisão: a

¹ Programa de TV criado em 1966, nos Estados Unidos, pelo ator e comediante Jerry Lewis com a finalidade de levantar recursos para o tratamento de crianças com deficiência apresentado em vários países do mundo inclusive no Brasil, pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

visão e a audição. Já as realidades virtuais misturam vários sentidos como a visão, a audição, o tato e a sinestesia (sentido interno dos movimentos do corpo), relata Lévy (1993).

A internet abriga a modalidade de jornalismo que se prenuncia como o campo de comunicação dos nossos dias: o jornalismo on-line. Nesse particular, o profissional da notícia tem a oportunidade de se mostrar ainda mais desafiado diante das possibilidades que o meio oferece.

É muito fascinante estar lendo a notícia e poder ver as imagens em tempo real ou ouvi-las entre infográficos e animações. Entretanto, vale frisar que essa apreciação só se dará com certa plenitude se forem observadas algumas precauções por parte de seus editores.

Imagens, vídeos, gifs e outros conteúdos imagéticos publicados em páginas da web devem ser acompanhados por uma descrição para possibilitar uma maior compreensão por parte de pessoas com deficiência visual. A inclusão de recursos descritivos tem sido uma prática recorrente nas redes sociais digitais identificados por palavras-chaves, a exemplo da *hashtag* #PraCegoVer².

Para a verificação do nível de acessibilidade de sites da internet, recomenda-se submeter os links de sites a validadores, como: ASES WEB³, Access Monitor⁴, Achecker⁵.

Para atender as pessoas surdas ou com deficiência auditiva, recomenda-se o emprego de recursos de tradução automática do Português para a LIBRAS. As ferramentas mais conhecidas destinadas para este fim são o WebLibras⁶, que incorpora um tradutor automático ao seu site, Vlibras⁷ e o Handtalks⁸.

3.5. ENTREVISTANDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A entrevista é uma das atividades mais importantes para o jornalista. É o momento em que o profissional se depara com oportunidades de extrair o melhor do seu trabalho buscando a melhor condução do diálogo entre ele e sua fonte. Nas palavras do jornalista Nilson Lage: “A entrevista é o procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo. É uma

² Ferramenta de acessibilidade ativa em redes sociais virtuais, que conclama ao usuário/instituição a descreverem conteúdos imagéticos, publicados em mídias sociais. Cunhada pela Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Patrícia Braille.

³ Ver em: <http://asesweb.governoeletronico.gov.br>

⁴ Ver em: <http://www.acessibilidade.gov.pt/access>

⁵ Ver em: <http://achecker.ca/checker/index.php>

⁶ Ver em: <http://weblibras.com.br/>

⁷ Ver em: <http://vlibras.gov.br/>

⁸ Ver em: <https://www.handtalk.me/>

expansão da consulta, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição de fatos.” (LAGE, 2003, p. 73)

A entrevista com personagens com deficiência não difere das demais. Entretanto, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento dessa tarefa relaciona-se adiante algumas recomendações, voltadas para as especificidades do seu entrevistado: uma pessoa com deficiência.

Apesar das características próprias de cada deficiência, indivíduos que convivem com algum tipo de limitação são fontes legitimadas no meio social e, quase sempre, estão dispostas a contribuir com o trabalho da imprensa e proporcionar narrativas como qualquer outra pessoa, basta apenas atentar para alguns procedimentos que irão facilitar o trabalho.

As recomendações apresentadas a seguir foram adaptadas do guia *Interviewing People with Disabilities*, Entrevistando Pessoas com Deficiências “Tradução nossa”⁹ do qual destacamos as seguintes orientações:

Questão Essencial

- Em caso de dúvida, perguntar à sua fonte. Esse procedimento contribui com a redução de equívocos e facilita o bom andamento do trabalho.

Antes da entrevista

- Pergunte à pessoa a ser entrevistada se ela necessita de alguma acomodação específica como um lugar que possibilite o acesso para cadeira de rodas, um local tranquilo para a entrevista, um intérprete, etc. Caso haja dúvidas sobre como agendar o local da conversa, pergunte ao entrevistado. Destinar tempo suficiente para a entrevista é uma possibilidade a se levar em conta, pois algumas fontes exigirão tempo adicional.

⁹Informações constantes de material informativo sobre pessoas com deficiência publicado em <http://www.mediawise.org.uk/wp-content/uploads/2011/04/Interviewing-people-with-disabilities.pdf>.

Preparando a entrevista

- Posicione-se de modo que você e a câmera (se for o caso) fiquem no nível dos olhos do entrevistado. Se a entrevista for num lugar desconhecido e o entrevistado tenha uma deficiência física, certifique-se de que existe acessibilidade ao local.
- Se seu entrevistado for uma pessoa surda fale diretamente com ela e mantenha contato visual com a mesma em vez de interagir diretamente com um intérprete ou acompanhante.
- Use as mesmas técnicas de entrevista que você já conhece e aja da maneira que normalmente faz. Fale em tons descontraídos e cotidianos.
- Ao falar com uma pessoa com perda auditiva, procure deixar a sua boca bem visível para uma maior compreensão da sua pergunta. Fique de uma forma que esteja de frente para a luz. Espere para falar quando a pessoa estiver olhando para você. Muitas pessoas surdas fazem leitura labial e a expressão corporal ajuda na comunicação. Atente para o fato de que nem toda pessoa surda é usuária da LIBRAS.
- Ao encontrar um entrevistado com deficiência visual, se identifique e apresente a equipe que está com você. Quando estiver conversando em um grupo, lembre-se de sinalizar para a pessoa a quem você está dirigindo a pergunta. Se o grupo for composto por pessoas cegas convém verbalizar dizendo a quem você está dirigindo a pergunta.
- Ouça atentamente quando você estiver conversando com uma pessoa que tem dificuldade de falar. Seja paciente e espere que a pessoa termine a frase. Se você tiver dificuldade de entender as respostas, nunca finja que entendeu. Em vez disso, repita o que você acredita que foi dito e permita que a pessoa lhe responda.
- Ao cobrir um evento em que um intérprete da língua de sinais esteja presente, convém certificar-se da comunicação entre um intérprete e sua fonte. Evite andar entre eles bloqueando sua comunicação. Muitas vezes as pessoas que usam o serviço de intérprete de língua de sinais estão localizadas perto da parte da frente de um palco ou auditório. Lembre-se: intérpretes¹⁰ e áudio-descritores¹¹ estão em trabalho contínuo durante um evento. Geralmente intérpretes são posicionados em locais de fácil visualização, não podendo ser remanejados aleatoriamente.

¹⁰ Profissional que atua na mediação comunicativa entre pessoas surdas falantes de LIBRAS, traduzindo seu conteúdo para o público ouvinte e vice versa.

¹¹ Profissional que atua na mediação comunicativa traduzindo em palavras, imagens estáticas ou dinâmicas possibilitando à pessoa cega a compreensão desses elementos.

Outras Sugestões

- Ao fotografar uma pessoa cega, faça um sinal sonoro antes de clicar para que ela se posicione perante a câmera, se for o caso.
- Concentre-se na pessoa que você está entrevistando, não na deficiência.
- Aperte as mãos quando cumprimentar uma pessoa com uma deficiência, ainda que esta tenha movimentos limitados ou utilize próteses de mão.
- Se você oferecer ajuda, espere até que a oferta seja aceita.
- Uma cadeira de rodas ou outro dispositivo de apoio é parte da pessoa, ou cumpre a função de tecnologia assistiva. Não se incline ou se escore na cadeira de rodas.
- Evite distrair a atenção de cães-guia, eles estão a serviço de seus donos.
- Quando estiver falando com uma pessoa que tenha dificuldades cognitivas, use linguagem simples, porém, não confunda “linguagem simples” com “linguagem infantilizada”.

3.6 APRIMORANDO A LINGUAGEM NO ESPORTE

Uma das editorias que mais tem se aproximado da temática pessoas com deficiência é a editoria de esportes. Nela encontra-se um campo vasto de possibilidades para o agendamento de uma “pauta eficiente”, isto é, aquela que retrata um tema livre de preconceitos e estereótipos; tem linguagem apropriada e representa adequadamente as situações e os sujeitos abordados.

A prática desportiva, aliada aos diversos tipos de deficiência, resulta em um núcleo de interesses evidenciados por ocasião das competições em âmbito nacional e internacional, fornecendo matéria prima para a produção jornalística. Outro aspecto que contribui para o interesse dos veículos de comunicação em relação ao paradesporto¹² é a variada gama de modalidades praticadas por esses atletas em relação a seus limites.

Os Jogos Paralímpicos Rio 2016, competição ocorrida no Rio de Janeiro, serviram de vitrine para o aumento do interesse dos meios de comunicação, demonstrando a força do esporte também na área da deficiência.

O paradesporto, como é chamado o esporte praticado por pessoas com deficiência, ganhou destaque neste contexto, não apenas pelos números que movimenta, mas, sobretudo,

¹² Esporte praticado por pessoa com deficiência.

pela capacidade de aglutinação e inserção social que proporciona. Portanto, compartilhar os códigos inerentes a esse universo facilita a comunicação e a linguagem.

Um dos cuidados básicos é garantir que a linguagem utilizada não seja paternalista ou voltada para o heroísmo, o exemplo de vida ou a superação. A idéia de superação ofusca diversos fatores que contribuem para uma vitória ou um avanço na carreira dessas pessoas. Se possível, ao entrevistar ou perfilar um atleta com deficiência, é recomendável consultar a pessoa sobre como deve se referir à sua deficiência ou limitação.

O profissional da imprensa não deve ter receio de se referir diretamente ao comprometimento do atleta, quando necessário. É sempre recomendável afastar-se de clichês ou palavras recorrentes como “talentoso”, “guerreiro” ou “herói”. O foco deve ser dirigido para as habilidades desses atletas que trilham o caminho para conquistar seus objetivos. Nunca tentar esconder as reais dificuldades, mas explorar suas trajetórias como personagens comuns. Para exemplificar essa situação apresentam-se a seguir trechos de matérias publicadas na imprensa abordando essa situação.

O fragmento que segue foi extraído do site Rede Brasil Atual e apresenta seguinte manchete:

Atletas paralímpicos rejeitam rótulo de super-humanos e de exemplos de superação – “Nossas dificuldades a gente já superou no passado. Hoje estamos acostumados com a nossa lesão, adaptados. Nós somos atletas de alto rendimento, disse Guilherme Camargo, atleta da seleção brasileira de *rugby* em cadeira de rodas”.

A matéria assinada por Marcelo Brandão em 17/09/2016 no portal Agência Brasil, revela, nas palavras do próprio entrevistado, o desejo de uma abordagem mais natural e distanciada de mitos e chavões.

Como se vê, apesar dos esforços para uma cobertura jornalística que contemple valores e princípios contidos na diversidade humana, ainda teremos um longo caminho pela frente, conforme declara Macedo e Santos (2015, p. 3) “[...] o jornalismo esportivo no Brasil ainda não contempla de forma inclusiva o paratleta¹³. Isso reflete a necessidade de se rever as práticas e os critérios de noticiabilidade da cobertura esportiva nos meios de comunicação de massa.”

Em relação à tentação de se cair no reforço de estereótipos, Novais e Figueiredo (2009, p. 15) afirmam que: O ideal seria que ao invés do coitadinho ou do super-herói, os media retratassem o paratleta como uma pessoa comum, com potencialidade de desenvolvimento e algumas dificuldades específicas, ou seja apenas um ser humano.

¹³ Pessoa com deficiência praticante de esportes adaptados.

4. CRITÉRIOS E SUGESTÕES DE PAUTA

Apresentam-se aqui opiniões e sugestões de pauta indicadas por lideranças e ativistas do segmento de pessoas com deficiência com vistas a contribuir com aperfeiçoamento da cobertura do tema. Na primeira parte estão elencados critérios e recomendações gerais para a construção de narrativas jornalísticas e na parte seguinte encontram-se sugestões de pautas regionais.

4.1. CRITÉRIOS GERAIS DE PAUTAS

Conhecer para não discriminar

Precisamos ser vistos como pessoas que devem ser respeitadas antes de mais nada, por isso e não pela deficiência. Deveria haver um componente nos cursos de comunicação nos quais os futuros profissionais fossem tratados contra o mal do preconceito e outras formas de discriminação. Sem essa descontaminação, o conjunto da obra jornalística ficará comprometido (Evangel Vale,¹⁴ 2017)

Jornalistas: narradores por excelência

O jornalismo, e a mídia em geral, também tem um papel importante no fortalecimento da cultura da inclusão: são esses meios de comunicação que contribuem para a formação e a mudança da representação social das pessoas com deficiência. Eles dão vida às leis e decretos; traduzem para as pessoas as novas concepções e o novo modo de ver as pessoas com deficiência (Marta Gil,¹⁵ 2017)

Visibilidade

Incorporar pessoas com deficiência em reportagens é uma boa iniciativa. Exemplo: em uma matéria sobre juventude, entreviste um jovem com deficiência, mas com foco no que ele acha sobre juventude e não sobre sua condição. Não reforçar estereótipos como 'coitadinhos' ou 'heróis'. Evitar também expressões como 'exemplos de superação' e usar uma música triste, colocando a deficiência como tragédia pessoal, recursos frequentemente utilizados em matérias e reportagens (Manoel Negraes,¹⁶ 2017)

Alteridade

Tenho nanismo e não me sinto nem vítima, nem heroína. Acredito que só vamos alcançar o desenvolvimento social que buscamos quando entendermos que cada um tem

¹⁴ Bacharelado Interdisciplinar em Artes; músico.

¹⁵ Consultora na área de Inclusão de Pessoas com Deficiência e coordenadora Executiva do Amankay, Instituto de Estudos e Pesquisas. Organização da sociedade civil fundada em São Paulo em 1989, atuante na produção e disseminação de informações sobre segmentos sociais marginalizados. Disponível em: <http://www.amankay.org.br/sobre_amankay/como_tudo_comecou.php>.

¹⁶ Cientista social.

contribuições a dar, a partir da sua diferença, do seu jeito de estar no mundo, do seu saber e da sua maneira de colaborar para a qualidade de vida de todos (Lelei Teixeira,¹⁷ 2017)

Para além do belo

As muitas ‘deficiências’ também podem gerar muitas eficiências que se traduzem em serviços à sociedade e ao próximo e precisam ter editoriais dedicadas. O preconceito que muitas vezes nasce de desinformação e hábitos culturais da sociedade hedonista que exige tudo belo e perfeito - impede que a própria mídia vá além dos casos mais comuns e clássicos. (José Araripe Jr.,¹⁸ 2017)

Ouvir outras vozes

Antes da cobertura, recomendo pesquisar o coletivo, suas organizações, as nomenclaturas, as maneiras como os indivíduos e a comunidade se apresentam nas redes sociais, por exemplo. Evitar jargões do tipo: apesar de cego... mesmo sendo cego... e, na distribuição do conteúdo, produzir com um mínimo de acessibilidade. As pessoas cegas também são audiência. Nunca dizer frases do tipo: Ligue para o número que está aparecendo no seu vídeo (Joana Belarmino,¹⁹ 2017)

Alinhando o discurso

Em toda cobertura, ao jornalista convém a correta apuração do tema, obedecendo às particularidades da pauta. Quando o foco tem como objeto a figura da pessoa com deficiência, deve-se atentar ao vocabulário próprio do segmento e o seu descritivismo, buscando-se atingir a população. Se, em nome do Direito, por exemplo, há o cuidado no uso das expressões ‘suspeito’ e ‘acusado’, por que ignorar substantivações como ‘pessoa com mobilidade reduzida’ e ‘homem com deficiência auditiva’? (Isaac Donato,²⁰ 2017)

Inovar

Achar novos leads. A deficiência não precisa ser o lead sempre que você vai contar uma história sobre a pessoa com deficiência, pois ela é mais do que a deficiência. Como vai se sentir o entrevistado ao ler/ver/ouvir essa matéria que eu fiz? Será que eu o retratei de maneira correta? Num mundo verdadeiramente inclusivo, pessoas com deficiência serão entrevistadas com naturalidade, em pautas do cotidiano, como o que chamamos de ‘o povo fala’. (Gabriele Lomba,²¹ 2017)

Participação

Nem digna de pena, nem heroína. Em ambas as situações, a pessoa com deficiência é imensamente prejudicada pela ignorância contida em matérias jornalísticas deste quilate. As próprias pessoas com deficiência devem assumir os espaços jornalísticos para, fazendo com que sua voz e escrita chegue neste meio, faça acontecer de fato e de

¹⁷ Jornalista do blog Isso não é comum do Portal Sul21.

¹⁸ Cineasta e consultor em audiovisual.

¹⁹ Doutora em Comunicação e professora universitária.

²⁰ Publicitário, Diretor de Criação da Verbo Comunicação.

²¹ Jornalista do globoesporte.com.

direito, o tão propalado protagonismo, que, hoje, é regra constitucional, decorrente da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. (Genésio vieira,²² 2017)

Divulgar políticas públicas

É importante mostrar. As dificuldades estruturais, culturais, econômicas, sociais e políticas enfrentadas por essas pessoas no Brasil e focar em exemplos de outros países; Divulgar as políticas públicas implementadas e em vias de implementação; Mostrar como o apoio das novas tecnologias pode oferecer soluções simples e eficazes; destacar o despreparo e as soluções no sistema educacional para lidar com essas pessoas. (André Lemos,²³ 2017)

Disseminação de conceitos

Pessoa com deficiência, o termo correto, que foi promulgado em 2007, até hoje ainda não é reconhecido por quem comunica e informa, ou seja, se o jornalista falar o termo inapropriado, a sociedade, que não lê ou não sabe sobre os termos, vai continuar falando o termo inadequado, pois as questões [...] sobre esse tema não são discutidas. É um compartilhamento de desinformação. (BEILFUSS, 2016, p. 13)

Além da deficiência

Acredito que elas, as pessoas com deficiência, também querem ser cuidadas ao invés de ter que mostrar força o tempo todo. Então, eu acredito que deviam abrir espaço para mostrar as pessoas além da deficiência. (Rosa Matsushita,²⁴ 2017)

Cidadania

Garantir a cidadania para a pessoa com deficiência ou não, é o primeiro grande passo para transformar-se em notícia. Por vezes, a cobertura da imprensa restringe-se a questão da inclusão, pelo viés da estrutura física. A existência de rampas de acesso ou elevadores especiais para cadeirantes ou pessoas com dificuldade de locomoção; ou ainda a presença de intérpretes de libras em eventos parece sanar tudo. Não percebem que acessibilidade e inclusão vão muito além da infraestrutura física, elas perpassam por outros processos, inclusive o comunicativo e não podem nem devem ser observadas de forma estanque. (Aline Grego²⁵ 2017)

4.2. EVITE

Nessa sessão encontram-se alguns dos equívocos mais comuns nas coberturas sobre deficiência.

“Menor surdo-mudo é apreendido por envolvimento em morte de jovem.”²⁶

²² Advogado e procurador da Fazenda Nacional.

²³ PhD em Comunicação e atua na área de Cibercultura.

²⁴ Jornalista e audiodescritora.

²⁵ Pró-reitora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

²⁶ Notícia publicada no portal RD News, ver em: <http://www.rdnews.com.br/policia/menor-surdo-mudo-e-apreendido-por-envolvimento-em-morte-de-jovem/80954>

Menor surdo-mudo apreendido teria emprestado faca usada para matar adolescente em Várzea Grande. A Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) investiga as autorias e circunstâncias da morte de um adolescente, em razão de discussão envolvendo uma pipa, no bairro Jardim Eldorado, em Várzea Grande.

A manchete traz a palavra “menor”. Termo de sentido vago, utilizado para definir a pessoa com menos de 18 anos.

Recomenda-se escrever “adolescente”. No caso da condição de deficiência, é correto escrever “surdo”, “pessoa surda”, “pessoa com deficiência auditiva” no lugar de “surdinho”, “mudinho” ou surdo-mudo.

“Suspeito de roubar e matar surdo, mudo e quase cego é preso na BA”²⁸

Nessa notícia, o portal denominou o personagem como surdo-mudo ao passo em que pessoas que convivem com essa situação de deficiências associadas são chamadas “pessoas com deficiência múltipla”.

Em 22 agosto de 2016 outro fato, desta vez do noticiário internacional e divulgado pela agência France Press, é reproduzido pelo portal com a seguinte manchete “policial mata motorista surdo-mudo em operação de trânsito nos EUA”, percebe-se um tratamento semelhante ao encontrado na matéria anterior.

Em notícia publicada pelo portal Agora News, a questão da linguagem utilizada aparece fazendo referência a condição da vítima, um adolescente com deficiência intelectual:

“Chupisco: Olarte manteve relações sexuais com menino excepcional, segundo depoimento do Gaeco”²⁹

4.3. SUGESTÕES REGIONAIS

Encontram-se aqui reunidas, sugestões de pautas para cobertura jornalística, recomendadas por pessoas com deficiência, pesquisadores(as) e referências do setor; além de informações, cujas fontes, estão apresentadas ao final deste guia.

4.3.1 Acessibilidade e Políticas Públicas

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), um bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, sendo que 80% delas estão em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Somente na Bahia, segundo dados oficiais do IBGE, há 3,5 milhões de pessoas vivendo com alguma deficiência, perfazendo uma taxa de 26% da população. Somente na capital, Salvador, uma cidade com 2,9 milhões de habitantes, estima-se que cerca de 600 mil pessoas, vivem com ao menos um tipo de deficiência, e aproximadamente 180 mil destas, convivem com alguma limitação severa. Entendendo que acessibilidade é a condição primeira para a garantia de que o indivíduo adquira independência e autonomia, cabe averiguar de que forma o direito à cidade e aos equipamentos públicos e privados, tem se tornado uma realidade para essa comunidade.

Apontada como uma das capitais nordestinas, com maiores dificuldades em implantar programas de atenção às pessoas com deficiência, Salvador, encontra-se com as políticas destinadas a inclusão e a acessibilidade, sucateadas e desarticuladas; fazendo-se necessária uma ação de políticas públicas que seja capaz de promover o enfrentamento substancial, e uma maior intersetorialidade que se articule de maneira transversal, na formulação de programas governamentais para esta população. Cabe mobilizar, para maior compreensão, esferas e instâncias de defesa de direitos, bem como órgãos de atendimento à saúde, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência.

4.3.2. Educação

O acesso e a permanência educacional de pessoas com deficiência são garantidos por legislação federal, com desdobramentos nos estados e municípios brasileiros. Apesar da crescente inserção de alunos com deficiência, são grandes os desafios para efetividade da inclusão. É oportuno analisar, levando em consideração as características regionais, o aporte de recursos públicos e as condições de vida dessa população.

Dentro da pesquisa realizada entre especialistas e ativistas de setores ligados ao tema, conclui-se que, a educação é uma sugestão de pauta recorrente na Bahia. A emergência de pautas relacionadas à educação e acessibilidade, podem contribuir para as avaliações do poder público quanto a implementação de políticas em tópicos como, a inclusão de alunos autistas na escola comum; inclusão e a aprendizagem da pessoa com cegueira e baixa visão; inclusão

de surdos na rede regular de ensino e a atuação e desafios dos intérpretes de LIBRAS nas escolas inclusivas.

Numa perspectiva de infraestrutura destaca-se a necessidade das seguintes pautas: estruturação das salas de recursos multifuncionais em Salvador e no interior da Bahia; formação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE); atenção ao uso de tecnologias assistivas – recursos capazes de atender a diversidade das condições de vida física, sensorial e/ou intelectuais do estudante–; inclusão de pessoa com deficiência no ensino superior; a deficiência como condição humana; e políticas de acesso à cultura.

4.3.3. Jornalismo Cidadão

Formação de recursos humanos na área de acessibilidade em atendimento a Lei Brasileira de Inclusão. Esse pode ser um assunto de interesse público face ao novo regramento jurídico que trata do tema.

Com a publicação da Lei Brasileira de Inclusão, em 2015, o segmento de pessoas com deficiência teve seus direitos consolidados e gradualmente luta para que o dispositivo legal saia do papel.

No campo da acessibilidade comunicacional, a legislação brasileira garante a exibição de programas de TV com recursos de acessibilidade. Gradualmente, redes de tv devem incorporar tais recursos – já mencionados neste guia – ao longo de sua programação.

Levando em consideração, que a deficiência não é o único marcador na dimensão dos preconceitos, convém analisar a questão, sob um viés interseccional, relacionando-a com violências simbólicas e estruturais que permeiam o cotidiano das relações sociais, tais como o racismo, sexismo, machismo, LGBTfobia, e o classicismo.

4.3.4 Personagens com deficiência e carreira acadêmica.

Por muito tempo as pessoas com deficiência foram enquadradas num modelo biomédico. Isto é, eram classificadas sob o olhar clínico no qual prevalecia o aspecto patológico. Atualmente esse modelo está dando lugar ao modelo social, que considera os sujeitos como indivíduos alvo de direitos.

Tendo como fatores de sucesso, educação e trabalho, profissionais que convivem com algum tipo de limitação furaram o bloqueio da invisibilidade e tocam suas vidas desempenhando papéis de relevo na sociedade.

Marília Moreira Cavalcante, tem uma limitação física, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1990), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2000) e doutorado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (2012), é professora universitária e atua principalmente nos seguintes temas: Habitação de Interesse Social e acessibilidade Universal.

Nascido em Itabuna, Mauricio Damasceno Souza, é o primeiro surdo a compor o quadro de professores efetivos do instituto de letras da UFBA. Formado em Letras LIBRAS, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Damasceno, assim como outros estudantes com deficiência, abandonou diversos cursos de graduação por não contar com recursos de acessibilidade.

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Marcos Welby Simões é músico e cego. Mestre em educação musical, Welby divide seu tempo entre salas de aulas e realização de shows, cantando músicas da MPB.

Outra trajetória que envolve formação e deficiência, é a traçada pelo professor Robenilson dos Santos, que é cego, e cursa o doutorado em Difusão do Conhecimento, sediado na Faculdade de Educação da UFBA. Com o título "Percepções e vivências cognitivas de pesquisadores cegos", sua pesquisa é construída no campo da fenomenologia e seu ponto de abordagem é centrado no sujeito.

Edu O é dançarino, coreógrafo e professor na Escola de Dança da UFBA. É cadeirante e coleciona prêmios em sua carreira internacional. Divide seu tempo entre as aulas, produção literária e a pesquisa coreográfica.

5. ENTREVISTAS COM JORNALISTAS

Apesar de representarem quase 24% da população brasileira, as pessoas com deficiência são sub-representadas nos meios de comunicação. No âmbito regional essa representação se dá de forma incipiente e permeada por equívocos e desatualizações. Com relação às terminologias adotadas nesse campo, verifica-se a veiculação de matérias com erros e falta de bom embasamento. A falta de formação e qualificação dos profissionais da imprensa acarreta uma situação de descompasso entre a recente legislação e as constantes mudanças e ajustes na abordagem comunicativa. Faz-se necessário trazer à tona esse "deserto narrativo", conhecer e discutir as dificuldades desses profissionais extremamente demandados em sua prática cotidiana a fim de dialogar com seus olhares e percepções sobre o assunto. Desse modo, procurou-se ouvir jornalistas de diferentes áreas de atuação. O objetivo foi entrevistar alguns jornalistas baianos para se conhecer em que medida o tema transita em seus trabalhos.

Beatriz Ferreira, sócia da Notre Assessoria em Comunicação

De onde vem os seus saberes para cobrir a deficiência?

Ainda quando estudante de jornalismo, fui selecionada pela APAE - Feira de Santana para implantar o setor de assessoria de imprensa na entidade. Foi meu primeiro contato com assessoria (área que atuo hoje) e com a causa da pessoa com deficiência. Essa experiência me fez enxergar a notícia com mais humanidade.

Se lhe for dado um tema como "pessoas com deficiência", como você iria cobrir?

Todos os jornalistas adotam um estilo e o meu é o descritivo. É o que sinto mais prazer ao escrever e o que acredito que desperta o interesse do leitor. Então, certamente faria uma matéria baseada em cenários e sensações, uma narrativa que tentasse passar a realidade acerca do tema, sem vitimização. Uma das principais lições que aprendi nessa área foi que a pessoa com deficiência não é incapaz. Elas são protagonistas da sua própria vida, aptas e capazes. O que precisamos é pautar mais o tema para que a imprensa também desperte nos governantes uma mudança nas políticas públicas de inclusão e acessibilidade. Entretanto, isso se trata de direitos, não de piedade social.

Como você contribui para a cobertura sobre a deficiência?

Nosso escritório hoje possui atenção constante voltada para o tema por termos entre nossos clientes o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência da Bahia, deputado estadual Angelo Almeida. Para isso, estamos atentos não só em manter o tema em evidência, mas em tornar a comunicação verdadeiramente acessível. Na Frente Parlamentar nós estamos falando para as pessoas que não possuem deficiência, mas estamos falando principalmente para as que possuem. Existe algum sentido de barreiras dificultarem que elas acessem essa mensagem? Nós acreditamos que não. Por isso, um dos nossos maiores desafios hoje é tornar a comunicação acessível. Recentemente realizamos um curso de audiodescrição de imagens para comunicadores com o objetivo de difundir essa prática e contribuir para que mais pessoas cegas, como você, acessem conteúdo acessível nas redes sociais, por exemplo. O site do mandato também está passando por testes de acessibilidade. E essas experiências já começa a criar um intercâmbio com outros clientes como de varejo que já avaliam implantar também práticas acessíveis. E isso não deve ser um diferencial, mas uma adequação à realidade.

Quais são os desafios e dificuldades encontradas para a realização de uma pauta específica sobre esse tema?

Você é repórter esportivo e é escalado para cobrir o jogo Brasil e Croácia. De repente, surge a oportunidade de fazer uma exclusiva com o técnico da Croácia, mas você não fala croata. E agora? Para a maioria dos repórteres a maior dificuldade em cobrir pautas com pessoas com deficiência é a entrevista, o acesso à fonte. Como se dirigir a uma pessoa surda, por exemplo? E muitas vezes a principal fonte não é ouvida, o que torna a matéria superficial. As pautas nesse caso devem envolver um planejamento que permita avaliar a necessidade do auxílio de um tradutor de Libras, por exemplo. Se você conseguiu entrevistar o técnico da Croácia é porque contou com o apoio de um tradutor de línguas e isso é natural. O tradutor de Libras significa a mesma coisa. Ou seja, qualquer matéria vai envolver algum tipo de desafio e o que vai definir a qualidade será sempre o estudo acerca do tema, o planejamento e empenho do repórter na execução da pauta.

Claudio Bandeira, ex-Editor de Educação e Ciência do jornal A Tarde.

De onde vem os seus saberes para cobrir a deficiência?

Além da prática cotidiana adquirida em 32 anos como jornalista, atribuo ainda uma melhoria significativa na minha práxis cotidiana ao curso de especialização em Jornalismo Científico e Tecnológico, promovido pela UFBA e coordenado por minha orientadora, a professora Simone Bortoliero.

Se lhe for dado um tema como "pessoas com deficiência", como você iria cobrir?

O modelo mais apropriado é você procurar humanizar o máximo possível sua história, com perfis pertinentes ao tema, abordando a questão a partir dessas histórias. Incluo ainda no texto a experiência de associações e ONGs na lida com esse público e, se for o caso, visões abalizadas e diversificadas do campo especializado (médicos, fisioterapeutas, psicólogos etc) além do poder público quando a questão da mobilidade está envolvida.

Como você vê a cobertura da deficiência na Bahia?

Todos os veículos de mídia atuantes em Salvador fazem cobertura precária do tema, já que não contam com repórteres especializados e quando o fazem deixam várias e inaceitáveis lacunas e incorreções. Enquanto estive no jornal A Tarde criamos uma editoria de Ciência com um quadro estável e especializado. Infelizmente a crise trouxe a empreitada.

Quais são os desafios e dificuldades encontradas para a realização de uma pauta específica sobre esse tema?

Difícil contar com repórteres estáveis na cobertura. Isso prejudica, entender as demandas desse público específico, ter uma visão abrangente das políticas públicas e uma visão crítica delas, manter um banco de pautas que lhe permita diversificar suas fontes. Como desafio maior, acho, diante da atual conjuntura de crise que envolve a mídia, conseguir formar equipe especializada na cobertura e convencer os gestores da importância disso.

Fernando Duarte – Editor do portal Bahia Notícias.

De onde vem os seus saberes para cobrir a deficiência?

Não sei se detenho "saberes" adequados para discutir, problematizar ou até mesmo apresentar temas relacionados à deficiências em geral. Infelizmente, esse tema não aparece com frequência nos veículos e essa minoria acaba passando despercebida da maior parte das redações. O pouco conhecimento que detenho sobre o tema é do convívio com pessoas que

mantém algum tipo de vínculo com "portadores" de deficiência ou por meio da abordagem da própria imprensa – que é muito pequeno frente as potencialidades.

Se lhe for dado um tema como "pessoas com deficiência", como você iria cobrir?

Discordo de uma pauta que tenha como tema exclusivo "pessoas com deficiência". É preciso abordar esse tema dentro de um contexto geral, saindo inclusive do lugar comum da "história de superação", que acaba sendo o principal viés utilizado pela imprensa para falar sobre o tema. Inclusive, é importante que temas do cotidiano também sejam abordados por pessoas que tenham algum tipo de deficiência, sem que haja destaque para essa condição. É preciso ter consciência que uma deficiência não é uma condição limitante, mas condição diferente do geral.

Como seu veículo cobre a deficiência?

Não temos cobertura específica. Em determinadas situações, discutimos o lugar comum de acessibilidade, acesso a direitos e temas gerais sobre deficiência.

Quais são os desafios e dificuldades encontradas para a realização de uma pauta específica sobre esse tema?

É difícil para pessoas que não convivem com a realidade da deficiência encontrar vieses que permitam abordar de maneira mais humanizada. A principal dificuldade é saber abordar saindo do lugar-comum e encontrar pessoas que falem sobre a deficiência sem transformá-los em "coitados". Lógico que uma pessoa que possui algum tipo de deficiência é a pessoa mais indicada para falar sobre o tema, porém como nem sempre há disponibilidade dessas fontes, a imprensa acaba utilizando outras fontes, não muito adequadas.

Kardé Mourão - Ex-diretora do Sindicato dos Jornalistas da Bahia e assessora de comunicação.

De onde vem os seus saberes para cobrir a deficiência?

Não tenho muitos saberes sobre deficiência, o que sei e entendo é que somos todos iguais e que as diferenças físicas ou mentais nos proporcionam oportunidades diferentes na vida, mas isso não nos torna desiguais.

Se lhe for dado um tema como "pessoas com deficiência", como você iria cobrir?

Eu iria estudar lendo artigos antes de fazer qualquer texto para ver e formar meu roteiro de pensamento e abordagem. Sei que devemos ter respeito às diferenças e ver cada uma entendendo as dificuldades de locomoção, aprendizagem, de estudo, de emprego, etc.

Como você acha que um veículo de comunicação deveria cobrir a deficiência?

Sou assessora de comunicação de dois Sindicatos. Mas com sua provocação ao me convidar para responder sobre seu tema de estudo, me motivei e acho uma boa ideia fazer uma matéria sobre a absorção da mão de obra de pessoas com deficiências nos postos de combustíveis e concessionárias de veículos.

Quais são os desafios e dificuldades encontradas para a realização de uma pauta específica sobre esse tema?

Acho que o maior desafio é ter o estalo e a sensibilidade de perceber e entender que as pessoas com deficiências não são invisíveis e procurar conhecer o tema. A dificuldade por absoluta falta de conhecimento é algo a ser levado em conta. É preciso pesquisar bastante para não cometer erros na abordagem do tema.

Linda Bezerra – Editora-chefe do Correio

De onde vem os seus saberes para cobrir a deficiência?

Eu não tive uma formação específica para cobrir deficiência, uso as técnicas do jornalismo para cobrir qualquer notícia. Nossos editores são atenciosos; é evidente que vez por outra escapa alguma coisa, mas a gente sempre tem esse cuidado, tem sempre alguém que está mais ambientado com as nomenclaturas. Os editores estão mais aparelhados para terem essa atenção, até mesmo pela questão da comunicação; a atenção do jornal é para com o leitor, seja ele de qualquer tribo, qualquer classe social ou com qualquer especificidade. A ideia é que passemos a mensagem de forma respeitosa, clara, objetiva e com o nosso olhar; o jornal tem um olhar que busca aprofundar a informação, ser uma informação de credibilidade, que tenha o máximo de vozes.

Se lhe for dado um tema como "pessoas com deficiência", como você iria cobrir?

Olha, existem várias formas de cobrir. Uma vez pedimos a algumas pessoas com deficiência visual para andarem pela cidade para avaliarem a falta de acessibilidade nas ruas,

nos transportes... Eu acho que, cada vez mais, o jornalismo nos exige ação: mostrar na prática o que acontece, porque o discurso não é eficiente [sic tanto quanto] mostrar a ação. Portanto, se me dessem uma pauta como essa, eu trataria com os mesmos critérios jornalísticos, com apuração, se tem interesse público, se fará diferença na vida das pessoas, que interesse a maior parte dos leitores, mas eu, digamos, daria um "upgrade" de buscar a ação e, existem algumas formas de fazer isso: campanhas... Acho que esse é um tema que cabe um olhar mais "cidadão". Eu tenho um certo cuidado com assuntos que estigmatizem a pessoa com deficiência. Eu gostaria de ver o assunto mais presente e ser um assunto presente quando necessário, mas não gostaria de fazer um conteúdo específico. Se você não tem o cuidado, as ferramentas e a ética mesmo, você pode piorar a situação e até mesmo estigmatizar.

Como seu veículo cobre a deficiência?

A gente não sabe muito sobre as pessoas com deficiência. Acho que o jornal precisa colocar mais em pauta esse assunto, mas não por se tratar de uma pessoa com deficiência, porque são assuntos do dia a dia. Se eu sou um jornal que quer cobrir os assuntos baianos, o tema deve estar na pauta. Acho que precisamos de mais presença, não de especificidade.

Quais são os desafios e dificuldades encontradas para a realização de uma pauta específica sobre esse tema?

A gente tem dificuldade de chegar no assunto porque, como esse não é um assunto "pautado" pelas associações de pessoas com deficiência, a gente sente falta dessas demandas. Recentemente fizemos uma matéria sobre a incidência de pessoas com albinismo na Ilha de Maré, não por se tratar de pessoas com deficiência, mas pelas condições a que aquelas pessoas são expostas.

Luiz Lasserre - editor-coordenador do jornal A Tarde

De onde vêm os seus saberes para cobrir a deficiência?

Durante sete anos, entre 2000 e 2006, integrei a equipe da ONG Cipó - Comunicação Interativa, em Salvador, que atua na área de comunicação e direitos. Dentre os assuntos que a instituição trabalha, está a comunicação para a defesa de direitos da pessoa com deficiência, o que me possibilitou travar contato com especialistas e instituições ligadas ao tema, o que contribuiu para o desenvolvimento de alguns saberes para cobrir assuntos relacionados com a temática dos direitos da pessoa com deficiência.

Se lhe for dado um tema como "pessoas com deficiência", como você iria cobrir?

Pela ótica da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, observando o necessário cuidado com a linguagem (evitando, por exemplo, o uso de termos inadequados, como "portadores de deficiência" ou "necessidades especiais") e buscando fontes de informação qualificadas para enriquecerem o material jornalístico. A boa cobertura jornalística, em qualquer temática, requer isenção do repórter, pluralidade de fontes e, nas temáticas sociais, que a abordagem seja feita pela ótica das políticas públicas, dimensionando o que o poder público está ou não fazendo dentro dos parâmetros legais e institucionais vigentes, apontando para a busca de soluções.

Como seu veículo cobre a deficiência?

Buscando manter a temática sendo tratada com regularidade, embora nem sempre o assunto esteja em evidência. O tratamento dado tem sido o de buscar ouvir associações representativas de pessoas com deficiência, cidadãos nessa condição, especialistas na área e gestores públicos, observando as questões de linguagem citadas na resposta anterior.

Quais são os desafios e dificuldades encontrados para a realização de uma pauta específica sobre esse tema?

O tema nem sempre está em evidência pela falta de assuntos ligados ao factual no dia a dia de Salvador, uma vez que estamos tratando da editoria de Local/Cidades do jornal A TARDE. Um desafio e uma dificuldade, portanto, é ter uma constância de assuntos que gerem pautas para cobertura, o que na maioria das vezes ocorre em datas e ocasiões comemorativas (Dia da Pessoa com Deficiência ou uma solenidade institucional) ou em assuntos pontuais, como uma ação do órgão de trânsito para multar pessoas que estacionam indevidamente em vagas especiais ou uma ação no verão que proporciona banho de mar na praia de Ondina para pessoas com deficiência. O ideal é que instituições e pessoas que trabalham para a defesa dos direitos de pessoas com deficiência se mobilizem para provocar os meios de comunicação a estarem permanentemente pautando assuntos ligados às reivindicações desta área.

Thais Borges, jornalista da editoria de cidades do Correio.

De onde vem os seus saberes para cobrir a deficiência?

Humm! Na verdade, não vem de lugar nenhum. Na faculdade a gente não tem contato com nada a respeito, cheguei a participar de uma matéria sobre o assunto, ainda na faculdade, mas, nada de muito abrangente. Chegando na redação devo ter feito alguma coisa ou outra... A gente não tem uma orientação específica para esse tipo de matéria. Quando estou fazendo uma matéria sobre um assunto que não domino, tento procurar as fontes mais adequadas. Por exemplo, quando a gente vai fazer uma matéria sobre suicídio, a gente recorre a manuais como o da OMS. Sobre pessoas com necessidades especiais eu não conheço.

Se lhe for dado um tema como "pessoas com deficiência", como você iria cobrir?

Como disse, primeiro buscarei as melhores fontes; não necessariamente para entrevistá-las de imediato, mas, para saber o que é dito sobre o assunto, ouvir autoridades... ou seja, ir em busca do especialista certo para me tirar da condição de leiga, sempre respeitando a condição das pessoas. Por exemplo, eu tenho dúvidas sobre... "pessoas com necessidades especiais"...

Como o Correio cobre a deficiência?

A gente não tem uma orientação específica sobre o assunto, aliás, acho que todo mundo deveria ser capaz de fazer matérias desse tipo como qualquer outra. Uma coisa que achei ótimo foi o “Manual do Jornalismo Humanizado”, da Think Olga, eu sempre compartilho com o pessoal da redação.

Quais são os desafios e dificuldades encontradas para a realização de uma pauta específica sobre esse tema?

Encontrar boas fontes, não apenas personagens, como autoridades principalmente. Encontrar o tratamento adequado diante da linha editorial do veículo. Aqui no Correio não enfrentamos muitos problemas com isso, mas a gente sabe que existem veículos (não só aqui, mas em qualquer lugar) que atuam em uma linha que satiriza e são popularescos... Enfim, é preciso ter cuidado para não tratar as pessoas com desrespeito e, principalmente, esquecer que ela é uma pessoa; a pior coisa que um jornalista pode fazer.

ANEXO A

CONTEÚDOS PARA CONSULTA

Guia de fontes, datas simbólicas, legislação e glossário

GUIA DE FONTES – ESPECIALISTAS

A seguir, encontram-se fontes de referência com dados de especialistas na área da deficiência, atuantes no estado da Bahia:

Aline Ferreira Suzart

Qualificação/ Titulação: Especialista em Educação de Surdos

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Educação de Surdos; Educação Inclusiva – Deficiência Visual

Endereço de contato: alineferreira@ufba.br

Elizabeth Reis Teixeira

Qualificação/ Titulação: Doutora

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Desenvolvimento da linguagem, estudos surdos, inclusão e acessibilidade, distúrbio da linguagem e da fala.

Endereço de contato: ereis@ufba.br

Erivaldo de J. Marinho

Qualificação/Titulação: Mestre

Instituição: Instituto Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Estudos da Tradução; Estudos dos surdos; Tradução /Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa; Formação de tradutores/intérpretes da LIBRAS e ensino da LIBRAS.

Links da internet: <http://lattes.cnpq.br/1666504696507364>

E-mail: erivladomarinho@ifba.edu.br

Fernanda Queiroz

Qualificação/Titulação: Doutoranda

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Tecnologia Assistiva; Apoios necessários para o estudante público-alvo da Educação Especial no ensino comum; Atendimento Educacional Especializado.

E-mail: fernanda.queiroz@ufba.br

Jaciete Barbosa dos Santos

Qualificação/ Titulação: Doutora

Instituição: Universidade do Estado da Bahia

Temática(s) predominante(s): deficiência, preconceito, universidade e inclusão.

E-mail: jaciete@gmail.com

Josineide Vieira Alves

Qualificação/Titulação: Doutora

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Temática(s) predominante(s): Atuação do Psicólogo na educação especial na perspectiva inclusiva; Cegueira e acessibilidade; Salas de recursos multifuncionais

E-mail: joalves99@hotmail.com

Manoela Cristina Correia Carvalho da Silva

Qualificação/ Titulação: Mestra

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): tradução e acessibilidade (audiodescrição, LSE, etc.)

Links da internet: www.tramad.com.br

E-mail: penteacher2@yahoo.com.br

Maria da Conceição Freitas

Qualificação/ Titulação: Mestranda

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Narrativas de estudantes negras com deficiência em universidade pública de Salvador.

E-mail: mcfreitas72@gmail.com

Marina Helena Chaves Silva

Qualificação/Titulação: Doutora

Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Temática(s) predominante(s): Inclusão Escolar de crianças com deficiência; Inclusão de Pessoa com Deficiência no Ensino Superior; Acessibilidade e Direitos Humanos; Acessibilidade Cultural.

Links da internet: Curriculum Lattes:
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708785Z6>

E-mail: maria-helenasilva@hotmail.com

Nicoleta Mendes de Mattos

Qualificação/Titulação: Doutora

Instituição: Universidade do Estado da Bahia

Temática(s) predominante(s): Educação Especial, Inclusão, Formação de Docente

Links da internet: <https://www.facebook.com/nicoleta.mattos>

E-mail: nicoletamattos@hotmail.com

Nilzan Gomes Santos

Qualificação/Titulação: Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia

Instituição: Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual

Temática(s) predominante(s): Deficiência Visual

E-mail: nilzangomes@yahoo.com.br

Odinete Pedreira Sousa Damasceno

Qualificação/Titulação: Jornalista

Instituição vinculada: Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte da Bahia

Temática(s) predominante(s): Acessibilidade na cidade do salvador/inclusão Pessoa com deficiência no trabalho.

E-mail: netdamasco@hotmail.com.

Sandra Regina Rosa Farias

Qualificação/ Titulação: Doutora

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Audiodescrição; acessibilidade Artística/ cultural; pessoas com deficiência.

E-mail: srrosaf@gmail.com

Sheila Araújo

Qualificação/Titulação: Doutora

Instituição: Secretaria Municipal de Saúde - Salvador

Temática(s) predominante(s): Criança com Deficiência – Deficiência visual/ autismo

E-mail: shcaraujo@terra.com.br

Sheila de Quadros Uzêda

Qualificação/Titulação: Doutora

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Educação Especial, Deficiência visual, Inclusão escolar, Atendimento Educacional Especializado.

E-mail: sheilauzêda@yahoo.com.br

Silvia de Oliveira Pereira

Qualificação/Titulação: Doutora

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Temática(s) predominante(s): Pessoa com Deficiência, Participação e Política Social.

Links da internet: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5660198551651893>

E-mail: 38.silvia@gmail. comtrappos.pesquisa@gmail.com

Teófilo Galvão Filho

Qualificação/Titulação: Doutor

Temática(s) predominante(s): Tecnologia Assistiva, Educação Inclusiva

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Links da internet: www.galvaofilho.net

Theresinha Guimarães Miranda

Qualificação/Titulação: Doutora

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Temática(s) predominante(s): Política Educacional; Formação de Docente; Deficiência Intelectual

E-mail: tmiranda@ufba.br

Yara Cristina dos Santos Marcelo

Qualificação/Titulação: Especialista em Educação Especial

Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Jequié

Temática(s) predominante(s): Alunos com Deficiência

E-mail: yaracristinamarcelo@gmail.com

GUIA DE FONTES – INSTITUIÇÕES

Associação Bahiana de Deficientes Físicos ABADEF

E-mail: abadefba@yahoo.com.br

Objetivos: defesa dos direitos da pessoa com deficiência visando a inclusão social e combate à discriminação.

Representante: Maria Luiza Costa Câmara

Endereço: Avenida Sete de Setembro, 281 – Palácio da Aclamação – Passeio Público – Salvador-BA

Telefone: (71) 3321-5500 / (71) 98800-6968

Associação Bahiana de Equoterapia

E-mail: tinaequoterapia@yahoo.com.br

Representante: Presidente: Raimundo Adalberto Lacerda; Superintendente: Maria Cristina A. Guimarães Brito

Endereço: Avenida Dorival Caymi, s/n – Itapuã – Esquadrão Polícia Montada – Parque de Exposições – Salvador-BA – CEP: 41630-150

Telefone: (71) 3249-0599 (manhã) / (71) 3285-0770 (tarde) / Fax: (71) 3285-0770

Associação Bahiana de Recuperação do Excepcional

E-mail: abre.ba@terra.com.br

Representante: Presidente: Osvaldo Alves Mota

Endereço: Rua Raul Leite, 93 – Vila Laura – Salvador-BA – CEP 40270-180.

Telefone: (71) 3021-0550

Associação Bahiana de Síndrome de Down

Link da internet: www.serdown.org.br

Associação de Amigos do Autista da Bahia

E-mail: ritavbrasil@yahoo.com.br

Representante: Presidente: Rita Valério Brasil Santos

Endereço: Rua Macedo de Aguiar, 98 – Pituacu – Salvador-BA – CEP 41740-085

Telefone: (71) 3363-4463

Associação de Familiares da Gente Autista-AFAGA

E-mail: presidente@afaga.com.br

Objetivos: A AFAGA tem por finalidade defender os interesses e direitos das pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, como definidos na CID-10 (Classificação Internacional de Doenças); para tanto, vai promover, apoiar e incentivar a realização de projetos de divulgação e esclarecimento à população, cursos, seminários, pesquisas e estudos sobre os transtornos globais do desenvolvimento e temas relacionados, editar publicações e poderá, ainda, desenvolver programas de amparo, ajuda, adaptação, habilitação e reabilitação e integração social a portadores desses transtornos e seus familiares.

Endereço: Rua do Timbó, 534 /804 Porto Sol Caminho das Árvores – Salvador-BA – CEP 41820-660

Telefone: (71) 999 561736

Link da internet: www.afaga.com.br

Associação de Pais e Amigos de Crianças c/ Distúrbio de Comportamento

E-mail: evolucaoinespi@ig.com.br

Representante: Presidente: Célia Santos Carvalho

Endereço: Rua Alberto Fiúza, 500 – Imbuí – Salvador-BA – CEP 41720-025

Telefone: (71) 3231-1502 / (71) 3473-2823

Link da internet: www.evolucao.org.br

Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado da Bahia- APADA

E-mail: apadaba@gmail.com

Presidente: Marizanda Dantas Souza

Endereço: Rua Ilhéus, 96 Parque Cruz Aguiar – Rio Vermelho – Salvador-BA – CEP 41940-570

Telefone: (71) 3334-1468 / Fax: (71) 3335-0711

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador- APAE Salvador

E-mail: apae@apaesalvador.gov.br (ANGELA)/ apae@apaesalvador.gov.br/
super@apaesalvador.org.br

Representante: Presidente: Juliana Badaró; Superintendente Executiva: Ângela Ventura

Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 545 – Pituba – Salvador-BA – CEP 41830-141

Telefone: (71) 3270-8308/ (71) 3270-8300/ (71) 3270-8342/ Fax: (71) 3353-6407

Associação de Pais e Portadores das Síndromes Deficitárias Neurologias -APOSDEN - Núcleo Cuidar

E-mail: nucleocuidar@yahoo.com.br

Objetivos: Tornar referências no acolhimento de pessoas com deficiência e seus familiares contribuindo com a inclusão social e melhorias de sua qualidade de vida, promover momentos de lazer oficinas pedagógicas reivindicar aos órgãos competentes soluções e direitos

Representante: Presidente Claudia Alvarindo Brito dos Santos

Endereço: Travessa Juarez Távora 29, São Caetano – Itabuna – CEP 45607-395

Telefone: (73) 3211-5814/ (71) 98812-3737

Link da internet: www.nucleocuidar.org.br

Associação de Síndrome de Down da Bahia

E-mail: serdownbahia@yahoo.com.br

Objetivos: Promover meios que facilitem o desenvolvimento de pessoas com síndrome de Down para sua inclusão plena na sociedade.

Presidente: Francisco Alves Nascimento Filho

Endereço: Av. Otávio Mangabeira, 1683 s/ 401 Pituba Salvador BA

Telefone: (7) 3347-2424

Associação dos Deficientes Físico de Eunápolis - ASDEFE

E-mail: geo_matos@hotmail.com

Objetivos: É servirmos a comunidade portadora de necessidades especiais

Representante: Coordenador: Antônio George Matos Oliveira e Presidenta Iraneide

Endereço: Rua Adolpho Xavier Gomes, 396 – Dinah Borges – Eunápolis-BA CEP 45830-140

Telefone: (73) 981619119 e ou (73) 981284950

Associação dos deficientes físicos de ilhéus -ADEFI

E-mail: zesempernas@hotmail.com

Objetivos: Direito das pessoas com deficiência

Representante: José cruz da Silva

Endereço: Condomínio Sol e Mar – Bloco 24 – Apartamento 002

Telefone: (73) 999777530 ou (73) 988300136

Associação de Pessoas com Deficiência e Amigos de Valença - ADAV

E-mail: goncalasib@hotmail.com

Objetivos: Defender os direitos das pessoas com deficiência, garantindo seus direitos e a cidadania plena.

Representante: Presidente: Maria Gonçala dos Santos.

Endereço: Av. ACM, 180 – Centro – CEP 45.400/000

Telefone: 75 988319464 e 92015607

Associação de Surdos Centro Educacional Especializado de Jequié-ACEEJE

E-mail: ciljebahia@gmail.com

Objetivos: Habilitação e reabilitação de Pessoas com Deficiência

Representante: Ivani Aparecida Duarte Ramos

Endereço: Tv. XV de Novembro, 424 – Campo do América – Jequié-BA

Telefone: (73) 98892 4619

Associação dos Ostimizados de Vitoria da Conquista- AOVIC

E-mail: jfsousa57@hmsil.com

Objetivos e finalidades: Zelar e promover cuidados na saúde e alimentação dos ostomizados

Endereço: Pça Tancredo Neves, 116 – Centro – Vitória da Conquista Ba – CEP 45000 000

Telefone: (77) 98813-8616

Associação Grapiuna do Paraplégico

E-mail: agpitabuna@hotmail.com

Objetivos: Defender os direitos das pessoas com deficiência e fazer a inclusão social através do esporte

Endereço: Avenida Mário padre s/n bairro Góes Calmon – térreo câmara de vereadores – CEP 45600.00 – Itabuna-BA

Telefone: (73) 3212-4475

Associação para inclusão a arte, cultura e comunicação- ARCCA

E-mail: arccacomunica@gmail.com

Objetivos: Apoiar e desenvolver ações para a defesa de direitos humanos, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através de ações sócio - culturais, educativas e de promoção do bem comum. Com ênfase no segmento das pessoas com deficiência

Representante: Ednilson Sacramento

Endereço: Rua das Azaleias, 03 – primeiro andar Fazenda Grande do Retiro – Salvador-BA – CEP 40354165

Telefone: (71) 99258-1961

Link da internet: www.arccabahia.blogspot.com.br

Associação para o Desenvolvimento de Educação Especial

E-mail: alternativa.adepeg@gmail.com

Presidente: Ivone de Araújo Brito Meireles de Souza

Endereço: Rua Boulevard Copacabana, 112 – 1º andar – Brotas – CEP 40290-140

Telefone: (71) 3357-0205 / Fax: (71) 3356-9317

Centro de Acolhimento a Pessoa com Deficiência das Obras Sociais Irmã Dulce

E-mail: laura.queiros@gmail.com / laura.queiros@irmadulce.org.br

rosinei.souza@irmadulce.org.br

Representante: Superintendente: Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, Líder do CER 4:

Rosinei Souza

Endereço: Avenida Bonfim, 161 – Roma – CEP 40420-000

Telefone: (71) 3310-1179 / 1100 / 1181 / (71) 3310-1180 / (71) 3310-1199

Centro de Apoio a Pessoas com Deficiências de Candeias

E-mail: gilene.dejesus9@outlook.com

Objetivos: fortalecer as políticas públicas na área de deficiências

Representante: José Roberto

Endereço: Rua Itajubara, 159 – Bairro Nova Candeias – Candeias-Ba – CEP 43815-450

Telefones: (71) 991331717

Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia

E-mail: centro.ba@terra.com.br

Presidente: Eduardo Sérgio Guimarães Teixeira da Silva

Endereço: Rua Frederico Costa, 89/91 (anexo à Rua Medeiros Neto) – Brotas CEP 40255-350

Telefones: (71) 3019-4984

Coordenação de Educação Especial- Secretaria da Educação do Estado da Bahia

Objetivos: garantir o acesso e a permanência do seu público-alvo a educação regular, como orienta a política nacional na perspectiva inclusiva.

Representante: Patrícia Silva de Jesus

Endereço: Quinta Avenida, 550– CAB – Salvador/BA – CEP

Links da internet: <http://www.educacao.ba.gov.br/>

Telefones: (71) 3115-9199

Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPCD

E-mail: calebeantonia@hotmail.com

Endereço: Rua Helio Neves da Rocha, 52 – Centro Inhambupe/BA

Telefone: (75) 99942-1968

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPED

E-mail: compedsalvadorba@yahoo.com.br

Objetivos: formular políticas e diretrizes, avaliar e fiscalizar os programas e ações do governo municipal voltados para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência da cidade de Salvador.

Presidente: Antonio Carlos Santos

Endereço: Rua Carlos Gomes, s/n Edf Maçônico 4º andar - Centro. Salvador/BA - CEP 40060-000

Telefones: 3266-2191/2192

Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Valença- COMPEDE VALENÇA

E-mail: compede_vca@hotmail.com

Objetivos: lutar pelos direitos das pessoas com deficiência proporcionar mediante as políticas públicas melhor qualidade de vida para as mesmas.

Representante: Presidente Ítalo de Jesus, coordenadora Maria Gonçala dos Santos

Endereço: Rua Paternostro, sem/n centro Secretária de Promoção Social – Valença-Ba – CEP 45-400/00

Telefone: (75) 3641- 8675

Fraternidade Crista de Pessoas com Deficiência da Bahia - FCD

E-mail: fcdcoord.estadual@hotmail.com

Objetivos: Lutar pela inclusão de todas as pessoas com deficiência e doenças crônicas na família, comunidade e na sociedade. Ajudar o doente e deficiente a se integrar no seu meio.

Representante: Ailton Santos e Silva

Endereço: Av. Leovigildo Figueiras, 270 – Garcia – Salvador - BA

Telefone: (71)4009-6691

Fundação dos Deficientes do Sul da Bahia - FUNDESB

E-mail: fundesb@hotmail.com

Objetivos: Promover e defender os direitos das pessoas com deficiência do Sul da Bahia

Endereço: Praça João Pessoas, SN. Centro Itabuna-Ba – CEP 45.600-070

Telefone: (73) 98897-0296 / (73) 99152-5312

Fundação Regina Cunha

E-mail: contato@furc.org.br

Objetivos: Reabilitação Visual e prevenção da Cegueira

Representante: Ive Cunha (Diretora)

Endereço: Rua Ruffo Galvão, 274 – Centro – Itabuna-Ba

Telefone: (73) 3214-2002

Link da Internet: <http://furc.org.br/>

Igreja Batista em LIBRAS

E-mail: kleide.moraes@hotmail.com

Objetivos: Integrar a comunidade surda

Representante: Josivaldo Beda

Endereço: Rua Abrantes, 70, Bairro Inocoop, Camaçari -Ba 42.800.000

Telefone: (71) 988820771

Instituto de Cegos da Bahia- ICB

E-mail: presidencia@institutodcegosdabahia.org

Representante: Presidente: Heliana Guimarães Diniz

Endereço: Rua São José de Baixo, 55 – Barbalho – CEP 40300-770

Telefones: (71) 3242-1073/ (71) 3241-1044 / (71) 3017-1805 / (71) 3012-2311

Instituto de Organização Neurológica da Bahia- ION

E-mail: ionba@ionba.org.br

Representante: Presidente: Maria Dolores Rodrigues Carbita (Lola)

Endereço: Avenida Professor Sabino Silva, 549 – Ondina – CEP 40155-250 – Jardim Apipema.

Telefones: (71) 3235-4236 / (71) 3336-2699 / (71) 3336-2792

Instituto Guanabara

E-mail: iguanabara@terra.com.br

Representante: Presidente: Alberto Luiz Silva Junior

Endereço: Rua Rodolfo Pimentel, 101 – Brotas – CEP 40283-220

Telefones: (71) 3015-4096

LAR VIDA

E-mail: larvida@larvida.org.br / jarvida@larvida.org.br

Objetivo: Valorização Individual do Deficiente Anônimo

Presidente: Maria Cristina Cordeiro Caldas

Endereço: Avenida Aliomar Baleeiro, km 5 – Estrada Velha do Aeroporto Sítio Ipitanga – Novo Marotinho – CEP 41290-010

Telefone: (71) 3393-3342

Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

E-mail: naijq@uesb.edu.br

Objetivos: Desenvolver medidas para garantir aos discentes com deficiência, matriculados nos vários cursos da UESB, a permanência e êxito no ensino superior.

Endereço: Rua José Moreira Sobrinho, s/n – Bairro do Jequezinho – Jequié/BA – CEP 45200-000.

Telefone: (73) 3528-9713

Núcleo de Atendimento a Criança com Paralisia Cerebral - NACPC

E-mail: nacpc@terra.com.br / guimaraespedro@terra.com.br

Representante: Presidente: Pedro Guimarães

Endereço: Rua Corte Grande, 160 – Alto da Ondina – CEP 41950-260

Telefone: (71) 3611-2902

Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais – NAPE

E-mail: napeufba@ufba.br

Objetivos: Apoio a inclusão do aluno com Necessidades Especiais, na universidade em todos os espaços e contextos; Informa a comunidade da Universidade sobre a legislação e as normas educacionais vigentes que beneficiam os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE); Promove assessoramento técnico-pedagógico aos professores e coordenadores de cursos da universidade; Promove um atendimento adequado às necessidades individuais do aluno; Garante ao aluno a possibilidade de utilizar os equipamentos especiais disponíveis no NAPE; Propõe convênios com outros organismos e instituições que possam implementar programas de apoio em parceria; Fornece material didático especializado ou adaptado necessário ao aluno, quando houver disponibilidade.

Representante: Euler Penha e Elizabeth Teixeira

Endereço: PAF III - Rua Barão de Jeremoabo, s/nº – Campus Universitário de Ondina – CEP 40170-115

Telefone: (71) 3283- 6979 / 3283-6980

Pontos Diversos – Associação para Promoção da Diversidade Sociocultural e Ambiental

E-mail: contatospontosdiversos@gmail.com

Objetivo: Atuar na promoção da Diversidade Sociocultural e Ambiental, desenvolvendo uma tecnologia social inclusiva constituída a partir de uma sociedade mais justa, diversa, economicamente viável e sustentável.

Representante: Presidente: Renata Martorelli

Endereço: CSU NARANDIBA, Av. Edgard Santos, 611– Narandiba

Telefone: (71) 3367-7332 / (71) 99145-6067 / (71) 98763-3773

Link da internet: www.pontosdiversos.org

Superintendência dos Direitos da Pessoa com Deficiência

E-mail: sudef@sjdhds.ba.gov.br

Objetivos: planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas voltadas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Representante: Alexandre Baroni

Endereço: Estrada das Muriçocas, s/n – São Marcos – Paralela CEP 41250-420

Telefone: (71) 3116-9366

DATAS SIMBÓLICAS

Confira as principais datas comemorativas relacionadas às pessoas com deficiência.

Janeiro

04 Dia Mundial do Braille
24 Dia Mundial do Hanseniano

Fevereiro

29 Dia Mundial das doenças Raras
25 Dia Internacional do Implante Coclear

Março

21 Dia Internacional da Síndrome de Down

Abril

2 Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo
8 Dia Nacional do Sistema Braille
23 Dia Mundial de Educação do Surdo
24 Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais

Maiο

26 Dia Nacional do Combate ao Glaucoma

Junho

1 Criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
18 Dia Nacional do Orgulho Autista
19 Dia Mundial da Doença Falciforme
27 Dia Internacional do Surdo-cego

Julho

10 Dia Mundial da Saúde Ocular
17 Dia internacional da Justiça
24 Criação da Lei de Cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Lei 8.213/91)

Agosto

19 Dia Nacional do Teatro Acessível
21 a 28 Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla
30 Dia Mundial de Conscientização da Esclerose Múltipla

Setembro

10 Dia Universal da LIBRAS
21 Dia Nacional de Lutas das Pessoas com Deficiência
22 Dia Nacional do Atleta Paralímpico
26 Dia Nacional do Surdo

Outubro

10 Dia Mundial da Saúde Mental
11 Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física

Novembro

10 Dia Nacional de Prevenção e Combate à Surdez
16 Dia Nacional dos Ostromizados

Dezembro

3 Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
5 Dia da Acessibilidade
10 Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos
13 Dia Nacional do Cego

LEGISLAÇÃO

O ordenamento jurídico referente às pessoas com deficiência sofreu importante atualização desde a primeira década dos anos 2000. Em decorrência dos debates realizados no âmbito das Nações Unidas, a aprovação de um documento que estabeleceu normas gerais sobre essa população, resultando na aprovação de uma convenção global: a convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência (CDPD). Tratado incorporado pelo Brasil, após aprovação no Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Os direitos previstos na convenção somam-se aos direitos das pessoas com deficiência existentes na Constituição Federal.

O documento tem por finalidade promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência e aborda propósitos, princípios gerais, definições, obrigações, igualdade e não discriminação. Dá destaque para mulheres com deficiência, crianças, acessibilidade, direito à moradia, conscientização, situações de emergências, dentre outros.

Link para a Convenção: <http://goo.gl/yzDjWc>

Na Constituição Federal de 1988 estão descritos os direitos relativos a essa população. Esses sujeitos estão amparados no tocante ao direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana. O artigo 5º estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Constituição Federal, Brasil, 2013). Destacam-se na carta magna, os art. 7º, inciso XXXI; art. 23, II; art. 24, inciso XIV; art. 37, VIII; arts. 40, § 4º, inciso II e 201, §1º; art. 203, incisos IV e V; art. 208, inciso II; art. 227, inciso III do § 1º e § 2º; art. 244.

Link para íntegra da CF: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

No campo da legislação, a lei mais recente, é a de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (Lei Brasileira de Inclusão), baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Link: <http://goo.gl/nsYg3R>

Cabe destacar, no âmbito da Lei Brasileira de Inclusão, as disposições que fazem referência a acessibilidade comunicacional, como segue:

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

- I - subtítuloção por meio de legenda oculta;
- II - janela com intérprete da Libras;
- III - audiodescrição.

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofereçam sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

Art. 69. O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta de quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência, em caso de sua utilização, aplicando-se, no que couber, os arts. 30 a 41 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º Os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, os recursos de acessibilidade de que trata o art. 67 desta Lei, a expensas do fornecedor do produto ou do serviço, sem prejuízo da observância do disposto nos arts. 36 a 38 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 2º Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.

Art. 70. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei.

Além desses dispositivos mais abrangentes, o direito da pessoa com deficiência encontra referências em diversas outras leis e decretos que regulam as relações desse contingente dentro da sociedade brasileira. Segue em destaque tais leis:

- **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016** -Dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
- **Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014** -Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012** –Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e Altera o § 3º do Art. 98 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.
- **Lei nº 12.622, de 8 de maio de 2012** - Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências.
- **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012** - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012** - Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências
- **Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011** - Altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o

art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.

- **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010** - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
- **Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007** - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência.

O direito à acessibilidade é regulamentado, no Brasil, pela Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR, 2004). Apesar de não ter força de lei, o documento estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, bem como do meio urbano e rural, em relação às condições de acessibilidade.

Link: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>

- **Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007** - Aprova o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva.
- **Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006** - Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
- **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- **Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005** - Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei Nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

- **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005** - Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
- **Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005** - Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência
- **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002** - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências
- **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- **Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000** - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências
- **Lei nº 8.212/91 - Lei de Cotas** -Essa é uma parte da legislação prevista no art. 93, da Lei nº 8.212/91 e estipula que as empresas com mais de cem empregados contratem reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas
I até 200 empregados 2%; de 201 a 500 3%.
III de 501 a 1.000 5%
IV Acima de 1.001 4%; em diante 5%.
Especificações dispostas no art. 93, da Lei nº 8.213/91.
Link: <http://goo.gl/gUukSl>
- **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004** - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001** - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
- **Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000** - Regulamenta a Lei Nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
- **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999** - Regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências

- **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998** - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- **Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995** - Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Nº 10.754, de 31.10.2003)
- **Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994** - Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual
- **Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991** - Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva
- **Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985** - Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e dá outras providencias.

GLOSSÁRIO DE EXPRESSÕES E TERMINOLOGIAS

Nessa seção estão relacionados termos e expressões pertinentes à deficiência, serviços auxiliares e processos comumente utilizados por, sobre e para pessoas com deficiência, sob dados baseados em pesquisa realizadas em cartilhas, manuais, relatórios e campanhas de organismos nacionais e internacionais que atuam na garantia e defesa dos direitos humanos.

A

ACESSIBILIDADE Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e suas tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

ACOMPANHANTE Aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

ACONSELHAMENTO GENÉTICO Orientação após a realização de exames genéticos para constatar a possibilidade de se ter filhos com problemas genéticos.

ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL Modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (BRASIL, 2009).

AMPUTAÇÃO Processo de lesão que acarreta perda total ou parcial de um ou mais membros do corpo.

ANDADOR Estrutura metálica que auxilia o indivíduo na locomoção, fornecendo apoio e auxílio no equilíbrio físico.

ANDANTE Termo atribuído a pessoa que não faz uso de cadeira de rodas. Palavra utilizada no âmbito da deficiência para designar pessoas que não necessitam de acessórios para auxiliar ou promover sua locomoção.

APARELHO AUDITIVO Equipamento de amplificação sonora individual que possibilita melhorar a qualidade da audição das pessoas com deficiência auditiva.

APONTADOR Pessoa incumbida de anotar as principais ideias ou resumos de aulas, palestras etc., em um caderno ou processador de texto instalado no computador da pessoa com deficiência. Esse serviço de apoio humano é bastante útil para pessoas com deficiência visual (quando não podem ler o que está escrito no quadro ou projeção), pessoas surdas (quando não conseguem anotar e acompanhar simultaneamente tudo que é dito nas aulas e palestras) e pessoas tetraplégicas (quando não conseguem manusear com facilidade um caderno convencional) MELLO; FERNANDES, 2014, p. 10

ATENDENTE PESSOAL Pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. Fonte Lei Brasileira de Inclusão

ÁUDIO-DESCRIÇÃO, AUDIODESCRIBÇÃO E AUDIO DESCRIBÇÃO O termo aparece grafado das três formas. Nesse trabalho adotou-se a forma constante da Lei Brasileira de Inclusão, Audiodescrição. Segundo Motta (2008), é um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais (espetáculos, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e outros), turísticos (passeios, visitas), esportivos (jogos, lutas, competições), acadêmicos (palestras, seminários, congressos, aulas, feiras de ciências, experimentos científicos), eventos sociais (casamentos) e outros, por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com distúrbio de déficit de atenção, autismo e dislexia. São descritos os elementos visuais que não são percebidos pela falta da visão, tais como figurinos, cenários, gestos, expressões faciais, entrada e saída em cena, mudanças de cena, em filmes, peças e outros produtos audiovisuais; fotos, pinturas e esculturas em museus, exposições e mostras.

AUDIODESCRITOR Profissional que traduz imagens estáticas e dinâmicas em palavras (MELLO; FERNANDES, 2014).

AUTISMO Faz parte dos Transtornos do Espectro do Autismo - TEA, também denominado Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD. Este transtorno afeta as áreas de comunicação e interação social, provoca interesses restritos e movimentos repetitivos.

AUXÍLIO NA COMUNICAÇÃO Medidas ou suporte de apoio como as línguas faladas e de sinais, a visualização de figuras (Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA ou) Comunicação Suplementar e Alternativa - CSA), o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os sintetizadores de voz para computador

AVALIAÇÃO FUNCIONAL Avaliação da capacidade do indivíduo de manter suas habilidades motoras, intelectuais/ mentais e sensoriais para uma vida independente e autônoma.

B

BARREIRAS Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

De acordo com a Lei 13.146/2015 são classificadas como:

- a) Barreiras Arquitetônicas - As existentes nos edifícios públicos e privados;
- b) Barreiras Atitudinais - Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- c) Barreiras nas Comunicações e na Informação - Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- d) Barreiras Tecnológicas - As que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;
- e) Barreiras nos Transportes - As existentes nos sistemas e meios de transportes;
- f) Barreiras Urbanísticas - As existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

BRAILLISTA Profissional treinado para o ensino, revisão e transcrição do Braille (MELLO; FERNANDES, 2014).

BENGALA ARTICULADA Bastão dobrável utilizado pelas pessoas com deficiência visual que possibilita perceber os níveis, barreiras e degraus no caminho.

BENGALA INTEIRIÇA Bastão inflexível utilizado pelas pessoas com deficiência visual que possibilita perceber os níveis, barreiras e degraus no caminho.

BOLSA DE OSTOMIA Bolsa coletora para eliminação de urina ou fezes usadas por pessoas que tenham abertura feita cirurgicamente na parede abdominal.

BPC - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um benefício constitucional que consiste na garantia de um salário mínimo mensal concedido a pessoas idosas com 65 anos ou mais ou a pessoas com deficiência e que, em ambos os casos, cuja renda individual seja $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo.

BRILLE Sistema de leitura e escrita em relevo cuja leitura se faz com as pontas dos dedos, destinada às pessoas com deficiência visual.

C

CÃO-GUIA É um cão treinado com o fim exclusivo de guiar pessoas com deficiência visual.

CÃES DE SERVIÇO São cães treinados para atender cadeirantes, autistas e pessoas com outras limitações em apoio às suas necessidades. (OS CÃES..., 2013c).

CÃO-OUVINTE Silva (2012) define como um tipo específico de cão, para assistência, especificamente selecionado e treinado para ajudar os surdos, ou deficientes auditivos, alertando o seu manipulador de sons importantes, tais como campainhas, alarmes de incêndio, toque de telefones, ou alarme de relógio. Eles também podem trabalhar fora de casa, alertando para sons tais como sirenes, empilhadores, aproximação de pessoas por trás do surdo.

CADEIRANTE Termo usado na linguagem coloquial para designar a pessoa que se locomove em cadeira de rodas.

CAPACIDADE Termo da área da saúde que indica o mais provável nível de funcionalidade que uma pessoa é capaz de atingir, mensurada em um ambiente uniforme ou padronizado; reflete a habilidade do indivíduo ajustada conforme o ambiente.

CAPACITISMO É a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se as pessoas com deficiência (MELLO; FERNANDES, 2014).

CEGO ADVENTICIO Pessoa que adquiriu cegueira em qualquer fase da vida, após o nascimento.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) Centros de atendimento em saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS). Unidades com equipe multiprofissional (alguns dos profissionais: psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, psiquiatra, artesão, auxiliar de enfermagem, outros); realiza acompanhamento clínico e psicológico, reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

CENTRO-DIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Unidade que oferece atendimento, em período de oito horas diárias, de forma continuada, com serviços de atenção à saúde.

CENTROS DE REFERÊNCIA EM REABILITAÇÃO Serviços do SUS, para realização de reabilitação física, auditiva, visual ou intelectual, de nível mais complexo, organizados por estados da Federação. Fornecer órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, fazer pesquisas e capacitação de recursos humanos.

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF) Classificação que proporciona uma linguagem unificada e padronizada e um marco para a descrição de saúde e dos estados relativos à saúde. CIF faz parte da "família" de classificações internacionais desenvolvidas pela Organização Mundial da Saúde. Na CIF, uma atividade ou grupo de atividades que visa melhorar as funções corporais, estruturas do corpo, atividades, e participação por meio da intervenção no nível do indivíduo, da pessoa, ou da sociedade.

COLCHÕES ESPECIAIS Colchões adaptados à diversidade corporal de pessoas com alguma necessidade especial, como obesos, idosos, acamados de longa duração, ou com alguma deficiência: colchão d'água, ortopédico, etc.

COLETOR URINÁRIO Bolsa coletora para eliminação de urina utilizada por pessoas que não possuem controle sobre o aparelho urinário.

COMUNICAÇÃO Forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (BRASIL, 2015)

CUIDADORAS são pessoas que assistem pessoas com deficiência e pessoas idosas em atividades que não conseguem realizar sozinhas. Diferentemente do termo "atendentes pessoais" adotado por representantes do movimento da deficiência, as teóricas feministas dos Estudos sobre Deficiência preferem usar o termo cuidadoras. O ofício do cuidado informal é exercido majoritariamente por mães sem recursos financeiros para pagar atendentes pessoais para seus filhos e filhas com deficiência. Em linhas gerais, há dois tipos de cuidadoras e cuidadores: formais e informais. As cuidadoras e os cuidadores formais são profissionais da Enfermagem, legalmente capacitadas e capacitados para os cuidados domiciliares à pessoa

idosa ou com deficiência; as cuidadoras e cuidadores informais são pessoas “leigas” que praticam o ofício do cuidado de forma não profissional, muitas vezes realizando em domicílio ações e procedimentos complexos exclusivos da profissão de Enfermagem.

D

DESENHO UNIVERSAL Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA DEFICIÊNCIA Toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015).

DEFICIÊNCIA VISUAL Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. Existem dois grupos de deficiência: cegueira - quando há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar; baixa visão ou visão subnormal - Caracteriza-se pelo comprometimento do funcionamento dos olhos, mesmo após tratamento ou correção.

Se não souber especificar a deficiência, use deficiência visual e pessoa com deficiência visual. A forma deficiente visual também é aceita, embora não seja a mais indicada. Para casos de cegueira, use cego, pessoa cega. Nunca use ceguinho (Manual de Comunicação da SECOM 2012)

DEFICIÊNCIA AUDITIVA Para a Organização Mundial da Saúde - OMS, utiliza-se deficiência auditiva para descrever a perda de audição em um ou em ambos os ouvidos. Existem diferentes níveis de deficiência auditiva, sendo que o nível de comprometimento pode ser leve, moderado, severo ou profundo. O termo surdez refere-se à perda total da capacidade de ouvir a partir de um ou de ambos os ouvidos. Há diferença entre deficiência auditiva parcial (quando há resíduo auditivo) e surdez (quando a deficiência auditiva é total). Do ponto de vista sócio antropológico, as pessoas surdas adotam a terminologia “pessoa surda” ou simplesmente “surda”, entretanto, baseados no modelo biomédico, pessoas com

essa limitação preferem a expressão “pessoa com deficiência auditiva”. Ao referir-se a esses sujeitos use surdo, pessoa surda, pessoa com deficiência auditiva. Não use surdinho, mudinho, surdo-mudo.

DEFICIÊNCIA FÍSICA Alteração completa ou parcial de um ou mais partes do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Apresenta-se sob a forma de: amputação (ver amputação), encurtamento ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo (ver nanismo), membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de atividades cotidianas.

Paraplegia Perda total das funções motoras dos membros inferiores.

Paraparesia Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.

Monoplegia Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)

Monoparesia Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)

Tetraplegia Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Tetraparesia Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Triplegia Perda total das funções motoras em três membros.

Triparesia Perda parcial das funções motoras em três membros.

Hemiplegia Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

Hemiparesia Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)

Amputação Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

Paralisia cerebral (ver paralisia cerebral)

Ostomia Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA Conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem.

DEFICIENTE Vocábulo inadequado por se referir à deficiência como uma condição que abrange o ser integralmente. Ao contrário, limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas, de caráter transitório ou permanente, são um aspecto daquele(a) ser que interage com os demais. A palavra deficiente não deve ser usada como substantivo, “os as deficientes jogam bola”, mas pode ser usada como adjetivo. Essa preocupação é compreendida mais claramente se substituirmos “deficiente” por outros substantivos, como gordo, magro, louro, careca etc. Não deve ser usada para designar o que não é deficiência, como um altíssimo grau de miopia. Não é correto dizer que “todos nós somos temos deficiência”. (SASSAKI, 2003).

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL Antigamente chamada deficiência mental, a deficiência intelectual não é uma doença, é um sintoma. Por exemplo, no caso da síndrome de Down, o funcionamento do cérebro, especialmente no aspecto cognitivo, é modificado pela presença de um material genético extra. Hoje é inadequado classificar a deficiência intelectual em leve, moderada, severa e profunda, níveis criados pela OMS em 1968 e alterados em 1992. Isso porque a deficiência intelectual de uma pessoa não pode ser qualificada isoladamente, mas, sim, em função dos apoios que recebe para seu total funcionamento social, profissional ou estudantil.

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICA Deficiência do processamento de informações que resultam em dificuldades para ouvir, raciocinar, falar, ler, escrever, soletrar, ou fazer cálculos matemáticos, como por exemplo, dislexia.

E

EDUCAÇÃO INCLUSIVA Educação que se baseia no direito de todos estudantes a uma educação de qualidade que atenda suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas. Focada especialmente em grupos vulneráveis e marginalizados, busca desenvolver todo o potencial pleno de cada indivíduo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL Inclui crianças com outras necessidades, como por exemplo, que apresentam desvantagens por conta do sexo, de questões étnicas, de pobreza, de dificuldades de aprendizagem, ou de deficiência - relacionada a dificuldade para aprender ou ter acesso à

educação em comparação com outras crianças na mesma faixa etária. Em países de alta renda, esta categoria pode também incluir crianças identificadas como "gênios" ou "superdotados". Também conhecida como educação para necessidades especiais e necessidades educacionais especiais.

ESCOLAS INCLUSIVAS Aquela em que crianças com deficiência assistem a aulas regulares com colegas da mesma faixa etária, aprendem o currículo escolar, e recebem recursos adicionais e suporte conforme a necessidade.

ESCOLAS ESPECIAIS Escolas que proporcionam serviços altamente especializados para crianças com deficiência e permanecem separadas das instituições educacionais convencionais; também chamadas escolas segregadas.

ESTENOTIPIA Recurso tecnológico para transcrição de legendas, podendo a legendagem se dar em tempo real ou não. A estenotipia é uma técnica bem diferente da datilografia e taquigrafia. A estenotipia utiliza um teclado especial, denominado estenótipo, que possui 24 teclas que podem ser acionadas todas ao mesmo tempo, permitindo uma infinidade de combinações de fonemas, sendo essa a base da teoria brasileira de estenotipia, ao contrário do que acontece quando se utiliza um teclado comum de computador, no qual é necessário teclar letra por letra para escrever uma palavra. A estenotipia informatizada ainda permite, através de software específico, que o registro seja transformado em texto em tempo real. (MELLO; FERNANDES, 2014).

ESTENOTIPISTA Profissional habilitado e treinado para a utilização do estenótipo e software. O estenotipista (com velocidade acima de 140 ppm - palavras por minuto) pode registrar qualquer áudio e/ou vídeo e gerar um texto simultaneamente enquanto registra. É a legenda em tempo real (MELLO; FERNANDES, 2014)

ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA Trata-se de uma área de conhecimento interdisciplinar que se ampara na referência ao campo internacionalmente conhecido como Disability Studies, constituído no Reino Unido e Estados Unidos na década de 1970, no qual a deficiência é considerada uma forma de opressão que opera com outras categorias sociais como gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual, nacionalidade e geração, etc. O modelo social da deficiência proposto por esse campo implica o contexto social na definição da deficiência. A segunda geração de teóricas desse campo foi fortemente influenciada pelos Estudos Feministas e de Gênero. É também importante destacar que há uma diferença entre “disability research” (pesquisas em deficiência) e “disability studies research” (pesquisas em estudos

sobre deficiência): a primeira se foca na perspectiva médica (por exemplo, pesquisas sobre tratamentos e cuidados médicos para pessoas com deficiência), a partir do uso de métodos e técnicas de pesquisa clínico-terapêuticas; a segunda, na perspectiva social da deficiência, a partir do uso de métodos e técnicas de pesquisa das ciências humanas e sociais (MELLO; FERNANDES, 2014)

EXAME DE CARIÓTIPO Exame genético mediante o qual são descobertas algumas anomalias que podem ocorrer com o feto.

ELEMENTO DE URBANIZAÇÃO Quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.

G

GUIA/CALÇADA REBAIXADA Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável (asfalto).

GUIA-INTÉRPRETE Profissional que domina diversos métodos ou formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas, ocorre em duas situações: a interpretação e a transliteração. A interpretação ocorre quando o guia-intérprete recebe a mensagem em uma língua e a transmite em outra língua, por exemplo, recebe a mensagem em português oral e a transmite à pessoa surdocega em Libras tátil (Libras feita na palma das mãos). Já a transliteração ocorre quando o guia-intérprete recebe a mensagem em uma determinada língua e transmite à pessoa surdocega na mesma língua, porém o faz de modo distinto e acessível à pessoa surdocega, a partir de outros sistemas ou métodos de comunicação. Por exemplo, o guia-intérprete recebe a mensagem em língua portuguesa oral e a transmite em Braille à pessoa surdocega. Outro exemplo é por meio do método tadoma, em que a pessoa surdocega coloca a mão no rosto do guia-intérprete e codifica a mensagem com o polegar tocando suavemente o lábio inferior e os outros dedos pressionando levemente as cordas vocais do guia-intérprete (MELLO; FERNANDES, 2014)

H

HANSENÍASE Doença infecciosa, de evolução crônica (muito longa) causada pelo *Mycobacterium leprae*, microorganismo que acomete principalmente a pele e os nervos das extremidades do corpo.

I

INCLUSÃO É o ato de permitir, favorecer ou facilitar o acesso ao meio comum, indistintamente. Termo também utilizado para definir: inclusão escolar, inclusão educacional, educação inclusiva, escola inclusiva, inclusão na educação, inclusão social, inclusão de pessoas com deficiência. Na questão escolar, atualmente se admite a participação de pessoa com deficiência numa sala de aula que não seja, especificamente, educação especial.

Na questão social, a inclusão tem como proposta a nivelção, sem rotulação e sem degrau social: todos têm direito a exercer sua cidadania. Na questão trabalhista, a inclusão possibilita participação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho em condições com as demais pessoas.

INTEGRAÇÃO Processo de inserção da pessoa com deficiência em meios, ambientes e programas no qual pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade. Ex: A inserção é parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares).

IMPLANTE COCLEAR Equipamento implantado por procedimento cirúrgico, de preferência em crianças de 1 a 4 anos, e que permite à pessoa com deficiência auditiva ouvir.

INSTRUMENTOS ADAPTADOS PARA ALIMENTAÇÃO E HIGIENE PESSOAL

Objetos para uso diário que facilitam a autonomia da pessoa com deficiência, como talheres, escovas, pentes, lápis, canetas, com formatos modificados (cabos grossos, em ângulo) ou presos às mãos.

INTÉRPRETE DE LIBRAS Profissional capacitado e/ou habilitado para interpretar ou traduzir de uma determinada língua para a língua brasileira de sinais.

INTÉRPRETE PARA SURDO-CEGOS Profissional que atua como mediador para estabelecer comunicação com pessoas surdo-cegas. Utiliza-se da LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, feita nas mãos dos surdo-cegos, como também do Tadoma (ver Tadoma).

J

JANELA DE LIBRAS espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas em Língua brasileira de Sinais (LIBRAS).

L

LAZARENTO/LEPROSO Duas expressões segregadoras das pessoas com hanseníase e de outras enfermidades da pele, comumente chamadas de lepra. Trata-se de um dos estigmas mais cruéis e antigos do mundo ocidental.

LBI Sigla para LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, expressão que acompanha o título do Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais a pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015)

LEDOR Profissional que auxilia na leitura de textos e na descrição de imagens para as pessoas cegas ou com baixa visão. O profissional ledor também pode realizar a gravação de textos no formato de áudio, inclusive de livros.

LEGENDA OCULTA do inglês *Closed Caption*, e segundo o Guia Prático da Legenda Oculta “é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão”, que corresponde a transcrição, em língua portuguesa, os diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações. “As legendas são reproduzidas por um televisor que possua o decodificador de *Closed Caption* e ficam ocultas até o momento em que o usuário aciona a função” (ABA, S/d)

LEITURA OROFACIAL Conhecida como leitura labial ou leitura da fala, consiste na interpretação visual da comunicação de um falante através da decodificação dos movimentos, dos lábios e das expressões fornecidas pela contração dos músculos da face. É utilizada por uma parcela dos surdos (COORDENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS-SP, 2016)

LEPRA O mesmo que hanseníase. O termo lepra foi substituído pela a Lei 9.010/1995. (Ver Hanseníase)

LESÃO MEDULAR Também chamada “lesão raquimedular”, causa dano ao tecido nervoso que está contido dentro do canal existente na coluna vertebral, o que resulta na perda dos movimentos e da sensibilidade, parcial ou total, do tronco e dos membros (braços ou pernas). A tetraplegia e paraplegia são duas amplas categorias funcionais de lesões medulares,

podendo existir outras variações de comprometimento. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ)

LIBRAS Sigla para Língua Brasileira de Sinais regulamentada pelo Decreto nº. 5626/06, é a língua usada pelos surdos para sua comunicação.

LIBRAS TÁTIL Modalidade da Língua Brasileira de Sinais utilizada para comunicação de pessoas surdo-cegas, sinalizadas a partir do contato das palmas da mão. (Ver Guia –intérprete)²⁵

LOUCO Assim como doido, tan tan, bate pino, o termo é utilizado para insultar, de forma genérica, as pessoas com deficiência mental ou intelectual que não são necessariamente pessoas com sofrimento ou distúrbio mental.

LUPAS Lentes para ampliação utilizadas por pessoas com baixa visão.

M

MANETA Palavra depreciativa de pessoa a quem falta um braço ou uma mão. Deve ser evitada, para não ofender. O mesmo se aplica a pernetta (ver pernetta). (POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS, 2004)

MELHOR IDADE Fórmula ainda mais eufemística do que "terceira idade" para referir-se às pessoas idosas. Não contribui para ampliar sua autoestima nem sua dignidade.

MINORIAS Subgrupos sociais que se consideram ou são considerados diferentes do grupo majoritário ou dominante, devido às suas características étnicas, religiosas, políticas, raciais, e que, por esse motivo, gozam de menos direitos ou são alvo de discriminação e preconceito. É o caso das minorias indígenas, dos ciganos e das colônias formadas por estrangeiros. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2004)

MOBILIÁRIO URBANO Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação. (Definição Constante na Lei Nº 13.146/15)

MODELO MÉDICO DA DEFICIÊNCIA Perspectiva biologizante da deficiência que orienta boa parte das políticas públicas e da produção científica sobre a deficiência. Aqui o foco se centraliza na cura ou medicalização do corpo deficiente, sob a aura da “tragédia pessoal”. A deficiência passa a ser considerada um incidente isolado, uma condição anômala

²⁵ Eduardo Munhoz Parise, Coordenador de Pesquisa e Tecnologia da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

de origem orgânica e um fardo social que implica em gastos com reabilitação ou demandas de caridade. Nesse sentido, as pessoas com deficiência são passivas e objetos de uma política especial, raramente contempladas nas políticas públicas gerais. (MELLO; FERNANDES, 2014).

MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA Perspectiva social da deficiência. Para o modelo social a deficiência é considerada um modo de vida, uma possibilidade digna e constituinte da condição humana. Ao opor-se ao paradigma biomédico, o modelo social da deficiência desloca a compreensão da deficiência para o contexto, apontando para as barreiras sociais. A deficiência deixa de ser apenas um “problema médico” e passa a ser uma questão de direitos humanos (MELLO; FERNANDES, 2014).

MONGOL OU MONGOLÓIDE Termos ofensivos as pessoas com síndrome de Down, cujas aparências lembram as dos habitantes da Mongólia.

MORADIA PARA A VIDA INDEPENDENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA Residências com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência (Definição Constante na Lei Nº 13.146/15).

MULETANTE Termo coloquial empregado para referir-se a pessoa que se locomove utilizando muletas.

N

NANISMO Doença genética que provoca um crescimento esquelético anormal. As pessoas com nanismo têm altura muito menor do que a altura média da população. Atualmente, há estudos que indicam mais de 200 tipos, sendo a acondroplasia a forma mais comum.

NOTAS PROEMIAS Informações geralmente colocadas na introdução de objetos culturais como filmes, documentários, etc., sem contudo adiantar aos usuários, aquilo que não está disponível aos espectadores videntes.

O

ÓRTESES Objetos que auxiliam na correção de alterações ou disfunções de alguma parte do **corpo** humano, como tala, colar cervical, colete, palmilha, tipoia, etc. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009)

ÓRTESE DE MEMBROS INFERIORES Para imobilizar, alinhar, corrigir deformidades ou evitar o movimento da perna e do pé, como calçado adaptado, palmilha, tala e outros. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009)

ÓRTESE DE MEMBROS SUPERIORES Para imobilizar, alinhar, corrigir deformidades ou evitar o movimento do braço e da mão, como tala, tipoia e outros. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009)

ÓRTESE PARA COLUNA Colar cervical (para pescoço) ou coletes para sustentação da coluna. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009)

OUVINTE Termo utilizado para denominar uma pessoa que ouve normalmente, é empregado em oposição a palavra surdo.

P

PARADESPORTO Atividades praticadas pelas pessoas com deficiência, que podem ser de dois tipos: adaptadas a partir de uma modalidade já existente, natação, por exemplo; ou criadas exclusivamente para as pessoas com deficiência, como o goalball, que foi desenvolvido para os indivíduos com deficiência visual.

PARALISIA CEREBRAL Deficiência permanente, estável e contínua. Ocasionalmente pela lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência intelectual.

PcD Sigla para Pessoa com Deficiência. Este termo já era utilizado mundialmente. Até a década de 80, vários termos pejorativos eram usados para identificar a pessoa com deficiência ou com alguma doença: aleijado, inválido, defeituoso, paralítico, manco, incapacitado, nanico, retardado, mongoloide, mongol, ceguinho, mudinho, excepcional, leproso, tuberculoso, epilético, etc. A partir de 1981, eleito o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começou a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. Com o tempo, acrescentaram o termo portador, que permaneceu até meados da década de 90. Desde 2006, o termo usado passou a ser Pessoa com Deficiência. Aprovado após debate mundial, os termos pessoa com deficiência e pessoas com deficiência são utilizados no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU.

Nestes casos, recomenda-se a utilização da sigla PcD, significando “pessoa com deficiência” ou “pessoas com deficiência”. Não há necessidade de se colocar “s” quando usamos o plural,

e o “c” é sempre minúsculo. Este termo é o mesmo que está sendo usado atualmente em âmbito mundial (SASSAKI, 2003).

PERNETA Termo pejorativo atribuído a pessoa que tem encurtamento de uma das pernas.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Definição trazida pela Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 em seu Artigo segundo (BRASIL, 2015).

PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso. (Definição Constante na Lei Nº 13.146/15).

PESSOAS ESPECIAIS Eufemismo inadequado para se referir às pessoas com deficiência. Do ponto de vista dos direitos humanos, todas as pessoas, sem exceção, são especiais.

PINEL Sobrenome de célebre psiquiatra francês (Philippe Pinel, 1745-1826) e nome de um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro, o termo passou a designar as pessoas com sofrimento mental e, por extensão, com sentido pejorativo, qualquer pessoa a quem se quer ofender chamando-a de louca ou maluca.

PISO TÁTIL Piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.

POLIOMIELITE É uma doença infecto-contagiosa aguda, causada por um vírus que vive no intestino, denominado poliovírus. Embora ocorra com maior frequência em crianças menores de quatro anos, também pode ocorrer em adultos.

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS Expressão atribuída a pessoa com deficiência, outro eufemismo a ser evitado. Usa-se na área de educação, a expressão: estudantes com necessidade educacionais especiais para designar estudante público alvo de atendimento especializado para seu desenvolvimento escolar. Nesse caso, contudo, não se restringe às pessoas com deficiência. Abrange também os alunos “superdotados” e com altas

habilidades. A expressão “portador de necessidades especiais” (PNE) foi oficialmente alterada para “pessoa com deficiência” (PcD) em 3 novembro de 2010 pela Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as funções restritas aos profissionais como enfermeiros ou professores (Definição Constante na Lei Nº 13.146/15).

PRÓTESES Equipamentos que substituem parte do corpo humano (membro ou órgão), como perna, braço, olho, dedo, pé, etc.

PRÓTESE OCULAR Substituta do globo ocular com função estética.

R

REABILITAÇÃO Conjunto de medidas para auxiliar os indivíduos que enfrentam ou podem enfrentar deficiência, visando alcançar e manter um satisfatório nível de funcionalidade em interação com seu ambiente.

REABILITAÇÃO E TREINAMENTO VOCACIONAL Programas projetados para restaurar ou desenvolver as habilidades de pessoas com deficiência.

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE Adaptações sob a forma de serviços, programas, produtos, equipamentos e ferramentas computacionais (hardware e software) utilizados por pessoas com deficiência, a fim de promover a funcionalidade física, visual, auditiva ou cognitiva, de modo a garantir a sua autonomia e independência nas atividades cotidianas (MELLO; FERNANDES, 2014).

RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS Unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos (Definição Constante na Lei Nº 13.146/15).

ROTA ACESSÍVEL Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota

acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.

S

SCANNERS ACESSÍVEIS Equipamentos de tecnologia assistiva que reproduzem em áudio o texto escrito, tornando acessível quase todo o acervo das bibliotecas. Desta forma, a pessoa com deficiência visual pode consultar não apenas os livros em Braille, mas também livros e revistas impressos e demais itens disponíveis (COORDENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS-SP, 2016)

SEMÁFORO SONORO Equipamento que emite sinal sonoro e permite segurança na travessia de ruas aos pedestres cegos e com deficiência visual.

SÍNDROME DE DOWN Síndrome de Down ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população. A SD é um modo de estar no mundo que demonstra a diversidade humana. A presença do cromossomo 21 extra na constituição genética determina características físicas específicas e atraso no desenvolvimento. Sabe-se que as pessoas com Síndrome de Down quando atendidas e estimuladas adequadamente, têm potencial para uma vida saudável e plena inclusão social. No Brasil nasce uma criança com SD a cada 600 e 800 nascimentos, independente de etnia, gênero ou classe social.

SOCIEDADE INCLUSIVA Aquela que aceita livremente qualquer pessoa com deficiência, sem quaisquer restrições ou limitações.

SOFTWARE DE LEITURA DE TELA Forma de tecnologia assistiva potencialmente útil para pessoas cegas, deficientes visuais, analfabetas, ou que têm dificuldades de aprendizagem específicas. Os leitores de tela identificam e interpretam o que está sendo mostrado na tela e o apresentam ao usuário na forma de voz, ícones de som, ou em Braille utilizando um dispositivo de saída.

SURDOCEGUEIRA Deficiência única, que apresenta a perda da visão e da audição simultaneamente em diferentes graus.

SURDO-MUDO Termo inadequado utilizado para designar os surdos. O surdo, que em geral tem o aparelho fonador intacto, só se torna mudo se não receber tratamento adequado nem

frequentar uma escola especializada (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2004)

T

TADOMA Recurso utilizado por pessoas surdocegas e seus guias- intérpretes para se comunicar. É uma técnica de leitura vibro-háptica. Ao recorrer ao tadoma, a pessoa surdocega coloca sua mão no rosto do guia-intérprete, com o polegar tocando suavemente o lábio inferior e os outros dedos pressionando levemente as cordas vocais.

TECIDO OU MODELAGEM ESPECIAL Roupas confeccionadas levando em consideração as necessidades da pessoa com deficiência, como tecido de algodão, calça com elástico, fechamento com velcro, calçados sem cadarço e outros.

TECNOLOGIA ASSISTIVA OU AJUDA TÉCNICA Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Definição Constante na Lei Nº 13.146/15).

TERAPIA OCUPACIONAL Atividade terapêutica que procura despertar e desenvolver o interesse do paciente por um trabalho ou ocupação.

TIFLOLÓGICO Referente a Cegos

TRANSPORTE PÚBLICO ACESSÍVEL Meio de transporte que permite o uso por parte de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, como ônibus de escada rebaixada ou com plataforma e elevador, porta larga para acesso de cadeira de rodas

U

USABILIDADE Medida da experiência e satisfação de um usuário ao interagir com um produto ou um sistema, seja um site, um software ou todo dispositivo operado por um usuário. A usabilidade é uma combinação dos fatores que afetam a experiência do usuário com o produto ou o sistema, quais sejam: facilidade de aprendizagem, eficiência do uso, memorização, frequência de erros e severidade, satisfação subjetiva.

V

VALIDADORES são ferramentas informáticas automáticas que avaliam as condições de acessibilidade de uma página web, quanto à sua usabilidade, navegabilidade, entre outras questões. Diversos validadores existem para esse fim, como o validador do W3c, por exemplo, o validador Examinator, dentre outros.

VIDA INDEPENDENTE Filosofia e um movimento de pessoas com deficiência baseado no direito de viver em comunidade, mas que inclui auto-determinação e igualdade de oportunidades.

VIDENTE Nome dado a pessoa que enxerga, em oposição aquela que é cega.

REFERÊNCIAS

ABA – Associação Brasileira de Anunciantes. GUIA PRÁTICO DA LEGENDA OCULTA. Disponível em: <<http://www.aba.com.br>>. Acesso em 18 de abril de 2017 às 15:31:35.

BEILFUSS, Letícia Paola. **Acessibilidade comunicativa na práxis jornalística cotidiana**. 2016. 79 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social) – Universidade Federal da Bahia, Pampa, 2016.

BRANDÃO, Marcelo. Atletas Paralímpicos rejeitam rótulo de super-humanos e de exemplo de superação. **RBA: Rede Brasil Atual**, [S.l.], 9 set. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/esportes/2016/09/atletas-paralimpicos-rejeitam-rotulo-de-super-humanos-e-de-exemplos-de-superacao-4674.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13, 146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Planalto, Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2004.

BRASIL. Lei 13, 146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015

CAMPBELL, Fiona Kumari. **Inciting legal fictions: disability date with ontology and the ableist body of the law**. Griffith Law Review, [S.l.], v. 10, p. 42-62, 2001.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Petrópolis, RJ Vozes, 2006.

COORDENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS-SP. GLOSSÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 18 de Abril de 2017 às 16:26:57.

DIAS, Adriana. Raça e Deficiência. **Apresentação Oral em Vozes (quase) esquecidas**. Trabalho apresentado ao 1º Encontro Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, São Paulo, 2012.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo – SP. Editora Brasiliense, 2007.

CARVALHO, Rosita, Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 5. ed. Porto alegre: Mediação, 2006.

FEDRIZZI, Alfredo. **Ir aonde o povo está: opinião dos colonistas de. ZH Opinião**, [S.l.], 21 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.zh.clicrbs.com.br/.../alfredo-fedrizzi-ir-aonde-o-povo-esta-9483504.html>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

HALL, Stuart. **Codificação e decodificação**. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik, tradução de Adelaine La Guardia Resende dentre outros. Florianópolis: Humanitas, 2003. p. 380-390.

HELTON, Thiago. **Termos adequados: primeiro, a pessoa e depois a deficiência**. R7, [S.l.], 7 maio 2016. Disponível em <<http://noticias.r7.com/blogs/thiago-helton/termos-adequados-primeiro-a-pessoa-e-depois-a-deficiencia/2016/05/07/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

HILGEMBERG, Tatiane. DIAS, Daniel. **Em papel-Jornal – a representação do atleta paraolímpico pela imprensa**. In: **Itercon – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Intercon, 2015, p. 1-14. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0943-2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010: população residente por tipo de deficiência permanente**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/am_ostra/>. Acesso em: 26 mar. 2015.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

LIMA, Francisco J.; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Herval (Org.). **Itinerários da inclusão Escolar**. Canoas: AGE, 2008. p. 23-32. 1 v. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/Barreiras%20Atitudinais.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MACEDO, Andréa Luciana; SANTOS, Dalila dos. **O paratleta e o jornalismo esportivo: a invisibilidade impressa**. In: CONGRESSO DE CIENCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 17., 2015, Natal. **Anais...**, Natal: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2015. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2688-1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MARTÍN BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MELLO, Anahi Guedes; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **RBA: guia de orientações básicas sobre deficiência e acessibilidade** na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Diferentes Deficiências e seus Conceitos**. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br>>. Acesso em 18 de Abril de 2017 às 15:43:42.

MODELO DE ACESSIBILIDADE - Recomendações de Acessibilidade para a Construção e Adaptação de Conteúdos do Governo Brasileiro na Internet - Departamento de Governo Eletrônico - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Documento de Referência - Versão 2.0 14/12/2005.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello. **Audiodescrição: recurso de acessibilidade para inclusão cultural de pessoas com deficiência visual**. **Ver com Palavras**, [S.l.], p. 1-6, 2008. Disponível em: <<http://www.vercompalavras.com.br/pdf/artigo-audiodescricao-recurso-de-acessibilidade.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

MOURA, Iara. **Guia Mídia e Direitos Humanos**. 1º Edição. São Paulo: Intervezes, 2014.

NEVILE, Liddy - "**Adaptability and accessibility: a new framework**" - Proceedings of the 19th conference of the computer-human interaction special interest group (CHISIG) of Australia on Computer-human interaction: citizens online: considerations for today and the future - Canberra, Australia - Vol. 122 - Pg: 1 - 10 - Novembro - 2005.

NICHOLL, A.R.J. "**O Ambiente que Promove a Inclusão: Conceitos de Acessibilidade e Usabilidade**". Revista Assentamentos Humanos, Marília, v3, n. 2, p49-60, 2001.

NOTÍCIA - **Depoimento no gaeco revela que Gilmar Olarte manteve relações sexuais com menino excepcional**. Disponível em: <<http://agoranews.com.br/noticia/depoimento-no-gaeco-revela-que-gilmar-olarte-manteve-relacoes-sexuais-com-menino-excepcional/25206>>. Acesso em 12/04/2017

NOVAIS, Rui; FIGUEIREDO, Tatiana Hilgemberg. **Os picos de Pistorius: sucessos e reveses retratados nos media**. In: CONGRESSO SOPCOM, 6º., 2009, Lisboa. **Anais...**, Lisboa, 2009, p. 1-17.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade e saúde**. Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Governo do Estado de São Paulo. Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Relatório Mundial Sobre a Deficiência**. São Paulo, 2011.

OS CÃES de serviços. **Cão inclusivo**, [S.l.], 2013c. Disponível em: <<http://caoinclusao.com.br/caes-de-servico/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

QUEIROZ, Antônio Carlos. Politicamente correto & direitos humanos. SEDH, 2004.

SALES, M. B. de & Cybis, W.de A. - **Desenvolvimento de um checklist para a avaliação de acessibilidade da Web para usuários idosos** - ACM: International Conference Proceeding Series in Proceedings of the Latin American conference on Human - computer interaction - 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Mídia e deficiência**. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, p. 160-165, 2003.

SILVA, Carlos Alexandre da. **50 Fabulas Brasileiras**. Joinville: Clube dos autores, 2012.

SOUSA, Cintia Aparecida de., OMENA, Adriana Cristina. **A mídia e o paradesporto: A representação do para-atleta no site Globoesporte.com**. 2015.

WERNECK, Claudia Marina. **Mídia e inclusão social**. Trabalho apresentado ao Seminário: Mídia e Deficiência. Plenário 13. Brasília: Comissão de defesa das pessoas com deficiência, 6 dez. 2016.